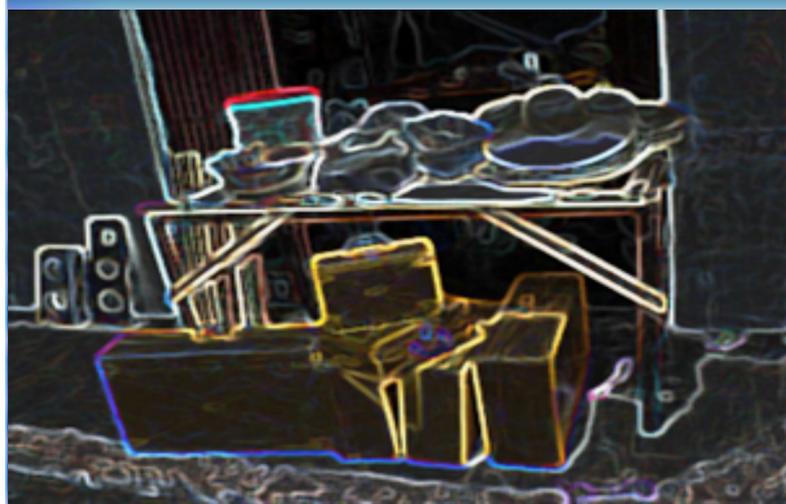




UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO





A **GeoSertões** é uma revista acadêmica com publicação semestral em meio eletrônico da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande. Seu objetivo principal é oportunizar a divulgação de conhecimentos da Ciência Geográfica e áreas afins.

EXPEDIENTE

EDITOR-GERENTE

Dr. Santiago Andrade Vasconcelos, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Aloysio Rodrigues de Sousa, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dr. Marcelo Brandão, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dra. Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dr. Santiago Andrade Vasconcelos, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

CONSELHO CIENTÍFICO

Dr. Caio Augusto Amorim Maciel, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Dra. Emilia de Rodat Fernandes Moreira, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Dra. Firmiana Fonseca Siebra, Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil

Dr. Gleydson Pinheiro Albano, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN), Brasil.

Dr. Ivan Silva Queiroz, Universidade Regional do Cariri - URCA, Brasil

Dr. Marco Antônio Mitidiero Jr., Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias, Universidade Federal de Campina Grande (UAE-UFCG), Brasil.

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Antônio Lourenço Filho



FICHA CATALOGRÁFICA

Revista GeoSertões – Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande. – v. 1, n. 2 (2016).
Cajazeiras: Universidade Federal de Campina Grande, 2016 -
Semestral: 2016 –

ISSN: 2525-5703

I Ensino superior – Periódicos. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Título

Revista GeoSertões

Unidade Acadêmica de Geografia (Unageo)

Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG)

Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - CEP 58900-000 - Cajazeiras - PB

Tel.: (83) 3532-2000 (ramal 2101)



PKP|INDEX

Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). n. 2, vol. 1, jul./dez. 2016

<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoos/index>

geosertoos@gmail.com





SUMÁRIO

Editorial/Apresentação [05]
Santiago Andrade Vasconcelos

ARTIGOS

A feira livre na contemporaneidade: estudo de caso em uma pequena cidade paraibana [06-20]
Izabelle Trajano da Silva e Anieres Barbosa da Silva

Situação de emergência e estado de calamidade pública: estudo da dinâmica climática das secas e estiagem em Mossoró-RN (1970-2014) [21-41]
Alexsandra Bezerra Rocha

Estudo ecológico/econômico sobre o castanhal da comunidade do Macurany em Parintins/AM [42-59]
Tattiany Kelen Ferreira Pacheco de Souza e José Camilo Ramos de Souza

Agricultura familiar e segurança alimentar em comunidades quilombolas do semiárido alagoano [60-79]
Wilma Amâncio da Silva e Feliciano de Mira

NOTAS

Notas sobre heterotopias [80-89]
Wellington Amâncio da Silva

EDITORIAL/APRESENTAÇÃO

Iniciamos neste ano de 2016 a concreção da **Revista GeoSertões**, lançando seu número inaugural. Não está sendo fácil! São muitas novidades e desafios, mas aqui estamos colocando à disposição dos leitores o segundo número.

No presente número contamos com a colaboração de diferentes autores que abordam temáticas sob perspectivas de trabalho diversas. Deixamos claro no primeiro número que os “Sertões” são múltiplos, aqui o leitor encontrará uma amostra dessa multiplicidade.

Inicialmente este número oferece uma discussão sobre a feira livre na contemporaneidade, a partir de um estudo de caso realizado na pequena cidade de Juazeirinho, localizada na Microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Izabelle Trajano da Silva e Anieres Barbosa da Silva nos apresentam a relevância que esta atividade comercial ainda desenvolve na cidade de Juazeirinho – PB, destacando o papel da feira como lugar de consumo e universo de possibilidades enquanto acontecer dinâmico do circuito inferior da economia, porém não ficando restrita ao universo econômico, já que a feira é lugar de encontros e reencontros, oferecendo um ambiente propício a manifestação dos aspectos culturais, políticos e sociais.

Alexsandra Bezerra Rocha aborda a questão da situação de emergência para um estudo de caso de Mossoró – RN, considerando a dinâmica climática frente a situações de emergência e estado de calamidade pública oriundas das estiagens e seca, tratando numa perspectiva histórica. A pesquisadora aponta que existe fragilidade nos órgãos gestores frente às ações ligadas ao processo de redução da vulnerabilidade e da ocupação de áreas sujeitas aos eventos extremos. A autora ainda chama atenção

para a necessidade de conhecer melhor os processos naturais e ter clareza conceitual no empreendimento de gestão, gerenciamento de risco, planejamento e pesquisas.

Visando perceber os impactos negativos ambientais e econômicos gerados sobre os moradores da comunidade do Macurany, em Parintins – AM, mais precisamente na área conhecida por castanhal, numa perspectiva do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), Tattiany Kelen Ferreira Pacheco de Souza e José Camilo Ramos de Souza apresentam como resultados que os moradores da comunidade já identificam na derrubada das castanheiras mudanças de ordem ecológica e econômica, o que tem impactado a vida no Macurany.

Wilma Amâncio da Silva e Feliciano de Mira investigam as bases teóricas da agricultura familiar relacionada à segurança alimentar, focando na questão das comunidades quilombolas, principalmente no Estado de Alagoas, evidenciando que os problemas de acesso aos alimentos destacam-se como uma questão de insuficiência de renda e desigualdade social, mas é a agricultura familiar que propicia importante contribuição para a sobrevivência de muitas famílias do Semiárido de Alagoas.

Fechando o presente número, Wellington Amâncio da Silva, nos oferece algumas “notas sobre heterotopias”, estas descritas por Michel Foucault. O autor realiza um diálogo conceitual entre heterotopias e lugar, o que nos provoca a pensar sobre variados aspectos relacionados a questões de identidade, pertença, estranhamento etc.

Esperamos que o leitor faça bom proveito deste número.

Santiago Andrade Vasconcelos
Editor-Gerente da **Revista GeoSertões**
Cajazeiras – PB, segundo semestre de 2016.

A FEIRA LIVRE NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO DE CASO EM UMA PEQUENA CIDADE PARAIBANA

FAIR FREE IN CONTEMPORARY: A CASE STUDY IN A SMALL TOWN

Izabelle Trajano da Silva¹

Universidade Federal da Paraíba

Anieres Barbosa da Silva²

Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O presente trabalho se propôs a discutir, como o próprio título indica, a feira livre na contemporaneidade, a partir de um estudo de caso realizado na pequena cidade de Juazeirinho, localizada na Microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Através de observação participante, durante aproximadamente um ano, conseguiu-se identificar os delineamentos assumidos por essa atividade comercial e registrou-se, mediante fotografias, as permanências e transformações sofridas pela feira livre, onde foi possível identificar a inércia dinâmica desta antiga forma comercial, como aborda Costa (2003). As discussões do artigo, ora apresentado, apontam a relevância que esta atividade comercial ainda desenvolve, seja como um lugar de consumo ou como um universo de possibilidades. Universo este garantido pela dinamicidade encontrada no circuito inferior, como afirmou Santos (2008). Portanto a feira livre é importante não apenas pelo aspecto econômico, uma vez que oferece produtos de preço baixo, como também mantém a sua importância pelos aspectos culturais, políticos e sociais, pois é lugar de encontros e reencontros.

Palavras-chave: Feira Livre. Pequena Cidade. Atividade Comercial. Permanências e Transformações. Lugar de Consumo.

Abstract

This work proposes to discuss, as the title implies, the free fair in contemporary times, from a case study in the small town of Juazeirinho, located in Seridó Oriental Paraibano. Through participant observation, for about a year, it was able to identify the designs made by this commercial activity and registered by photographs, the continuities and transformations undergone by the free market, where it was possible to identify the dynamic inertia of this ancient commercial form as addresses Costa (2003). The article discussions, presented here, show the relevance of this commercial activity also develops, either as a place of consumption or as a universe of possibilities. This universe guaranteed by the dynamics found in the lower circuit, as stated Santos (2008). So the free fair is important not only for the economic aspect, since it offers low price products, but also retains its importance for cultural, political and social aspects, as is a place of meetings and reunions.

Keywords: Free markets. Small town. Business activity. Continuities and transformations. Place of consumption.

¹ Mestranda em Geografia, Universidade Federal da Paraíba. E-mail: izabeller@hotmail.com

² Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: anieres@gmail.com

1. Introdução

A feira livre é uma das atividades comerciais mais antigas da humanidade. Inicialmente baseada na troca de excedentes agrícolas, ela foi se transformando ao longo dos anos e gradativamente passou a ofertar itens que a sociedade atual ia necessitando, ao mesmo tempo em que oferecia aquilo que o passado se encarregara de ofertar como necessário para a vida cotidiana. Estes, como os artigos regionais, são produtos facilmente encontrados nas diversas feiras existentes no Brasil.

Para o Nordeste brasileiro, e mais precisamente para as pequenas cidades localizadas nesta região, a importância da feira livre ultrapassa o viés econômico na medida em que se apresenta como um lugar de encontro, visto que, além das trocas comerciais, as pessoas buscam relações sociais, o lazer, o passeio e a diversão. Por isso, se admite que a feira livre possui uma importância cultural, social e política.

O estudo de caso, realizado na pequena cidade de Juazeirinho-PB, localizada na Microrregião do Seridó Oriental, analisou como a feira livre desse lugar se comporta na contemporaneidade, quando o comércio já apresenta estabelecimentos envoltos da ideologia de um consumo recorrente que extrapola as necessidades básicas. Através da observação participante, durante aproximadamente um ano, conseguiu-se identificar os delineamentos assumidos por essa atividade comercial.

A cidade de Juazeirinho surgiu a partir da feira livre e com o dia da feira (terça-feira) se diferenciando das demais cidades circunvizinhas, reforça a centralidade periódica discutida por Corrêa (2005), o que gera fluxos significativos para a pequena cidade e impulsiona consequentemente o comércio local. Esse dia diferenciado é um elemento a mais que contribui para a permanência da feira livre no lugar estudado.

Embora falar sobre a feira livre não seja uma temática recente, muito pelo contrário, há uma gama de trabalhos que discutem essa temática, falar da feira na contemporaneidade torna-se relevante quando se observa a imensidão de formas comerciais que tentam oferecer de maneira separada o que ela concentra em uma única forma comercial. Além disso, convém lembrar que a feira livre não se apresentará com a mesma intensidade em todas as localidades e que por isso os estudos de casos fazem-se necessários uma vez que se tem a possibilidade de conhecer um recorte mais detalhado e preciso de um fenômeno em uma dada realidade.

Assim, o presente artigo se apresenta estruturado em duas partes: a primeira, intitulada *O Universo da Feira Livre e as Possibilidades de Consumo* traz uma abordagem a respeito das possibilidades que a feira apresenta; já a segunda, denominada *Feira Livre: Panorama Atual*

discute as nuances assumidas por esta antiga atividade econômica. Através de fotografias e mediante as observações empíricas, pontuou-se os aspectos mais marcantes, enfatizando as permanências e as transformações que esta forma comercial apresentou para conseguir se manter no espaço urbano de maneira tão imponente.

2. O universo da feira livre e as possibilidades de consumo

Ao analisar a feira livre de Juazeirinho constatou-se que ela ainda se apresenta como uma importante alternativa de lugar de consumo diante das novas formas comerciais presentes na cidade. Estas novas formas comerciais vertem-se de grandes vitrines chamativas; espaços confortáveis e climatizados; marketing através de redes sociais, como o Facebook; promoções recorrentes; ampliação do mix de produtos, trazendo aquilo que é mais divulgado na mídia nacional; desfiles na quadra poliesportiva ou no Clube Municipal para apresentar as novas coleções de roupas e acessórios; tabloides de ofertas, disponíveis na entrada dos comércios ou entregues de porta em porta nas residências da zona urbana; e sorteios de brindes em datas comemorativas.

A gama de artifícios utilizada por diversos empreendimentos juazeirinhenses imprimem no espaço comercial modernizações que eram vistas, anteriormente, apenas em cidades médias e grandes. No entanto, vale destacar que as modernizações também estão presentes na feira livre, não nesses mesmos moldes, homogeneizando sua forma comercial através de produtos separados milimetricamente ou mediante a padronização imposta pelas normas que regulamentam os grandes empreendimentos. São modernizações, portanto, que conseguiram penetrar no ambiente da feira, mas não feriu a sua essência que é a liberdade, a autonomia de apresentar-se enquanto espaço da espontaneidade, onde tudo se pode vender e tudo se pode comprar.

À pequena cidade, ela consegue oferecer de maneira ímpar, em uma única forma comercial, a maior diversidade de mercadorias para os cidadãos. Essa diversidade já era cantada por Clara Nunes em 1979, através da música Feira de Mangaio, como pode ser observada na letra da canção a seguir:

Feira de Mangaio

Composição: Glorinha Gadelha e Sivuca

Fumo de rolo, arreo de cangaia,
Eu vim pra vender, quem quer comprar
Bolo de milho, broa e cocada,
Eu vim pra vender, quem quer comprar
Pé de moleque, alecrim, canela,
Moleque sai daqui, me deixa eu trabalhar,

Cabresto de cavalo e rabichola,
Eu vim pra vender, quem quer comprar
Farinha, rapadura e graviola,
Eu vim pra vender, quem quer comprar
Pavio de candeeiro panela de barro
Menino vou me embora, tenho que voltar

Zé saiu correndo pra feira dos pássaros
 E foi passo voando pra todo lugar.

Tinha uma vendinha no canto da rua
 Onde o mangaieiro ia se animar,
 Tomá uma bicada com lambú assado
 E olhar pra Maria do Joá.

Xaxar o meu roçado que nem boi de carro
 Alpargata de arrasto não quer me levar.

Porque tem um Sanfoneiro no canto da rua
 Fazendo floreio pra gente dançar
 Tem Zefa de purcina fazendo renda
 E o ronco do fole sem parar.

A canção acima descreve uma típica feira nordestina, onde a diversidade de produtos é a sua principal característica. O mais interessante da referida canção é que a sua construção, paradoxalmente, se consolidou em um ambiente comercial que foge, totalmente, a lógica da feira livre. Segundo o Museu da Canção (2012), a compositora Glorinha Gadelha começou a pensar a letra da música durante uma aula de inglês na cidade de Nova York; ainda no metrô, a letra foi se desenvolvendo; e no *McDonald's* foi terminada. Sivuca, então, a auxiliou em um verso, o qual a compositora considerava mal resolvido, e fez o arranjo da música, gravando-a posteriormente.

Pensar esta letra com esse nível de veracidade em um país como os Estados Unidos é algo plausível pela ligação cultural que as feiras guardam com o Brasil e mais precisamente com o Nordeste. A maneira como a música nasceu é prova de muito carinho e conhecimento de causa sobre as feiras, sobretudo devido à riqueza de detalhes expressa na canção.

Feira de Mangaio foi consolidada em uma das formas comerciais opostas à feira (*fast-food*), dado as lógicas que as envolvem, e em uma cidade que se destaca pela disseminação, a nível mundial, de hábitos de consumo e vida modernos. Lugares opostos que de um *insight* de uma compositora fez surgir à inspiração para retratar não apenas mais uma atividade econômica brasileira, mas imprimiu as relações sociais estabelecidas naquele momento da história.

A um primeiro olhar, ou para aqueles que não frequentam uma feira livre, pode-se questionar se o cenário descrito na música ficou preso ao final da década de 1970. Mas basta dar uma rápida passada em uma feira livre nordestina (ou em outras espalhadas pelo Brasil) que logo se depara com muito do que foi relatado acima: a variedade de produtos; a facilidade de tornar-se comerciante, expressa na repetição dos versos “eu tenho pra vender/ quem quer comprar”; e a forte expressividade de produtos tradicionais ainda encontrados na feira livre, tais como: fumo de rolo, cabresto de cavalo, pavio de candeeiro e panela de barro.

A persistência de mercadorias, que poderiam ter ficado presas ao passado, no subespaço da feira, é explicada por Costa (2003, p. 95):

São os objetos dos meios pretéritos ainda presentes na Feira que contam a história desse espaço rugoso, porém muito mais do que símbolos, as rugosidades apresentam funcionalidades no momento presente, atendendo as necessidades dos diversos grupos sociais, motivo pelo qual a presença de tais rugosidades se justifica. Mesmo diante da emergência de um meio técnico-científico e informacional, os grupos sociais vivem tempos sociais diferentes. Daí a lamparina a querosene ainda ser artigo de consumo para alguns, enquanto que para outros é peça folclórica que lembra um passado distante.

De acordo com o exposto, as rugosidades – também expressas em cada produto que já poderia ter sido substituído por outro – existem devido aos grupos sociais, do ponto de vista de acesso a inovações técnicas, participarem de períodos diferentes. Nesse sentido, enquanto alguns estão envoltos no mundo das constantes modernizações mercantis (período técnico-científico-informacional); outros, ainda vivenciam o mundo em que as técnicas eram menos desenvolvidas (período técnico-científico).

Assim, a feira permanece no espaço urbano das cidades para atender as necessidades de diferentes grupos sociais, separados pelo nível de acesso que cada um possui em relação aos produtos e serviços contemporâneos. Partilhando de raciocínio semelhante, Assis e Araújo (2009) ressaltam que “a permanência da feira representa também uma resposta às condições socioeconômicas da população que encontra nesse ‘mercado periódico’ uma alternativa de sobrevivência”.

Concorda-se que as condições socioeconômicas são imprescindíveis para a manutenção da feira livre e adicionam-se a elas, os fatores culturais que também direcionam os lugares de consumo. Quanto à força cultural exercida, Barros e Rocha (2009) investigaram a lógica de consumo de um grupo da base da pirâmide: as empregadas domésticas – residentes em áreas periféricas do Rio de Janeiro ou da Baixada Fluminense, durante os anos de 2004 (observação participante) e 2006 (entrevistas) –, consideradas detentoras de um nível de status extremamente baixo na sociedade brasileira.

Essa pesquisa apontou que as escolhas de consumo do público alvo são plenamente culturais como as de qualquer outro grupo social. E a constatação não poderia ser diferente uma vez que a principal característica que diferencia o ser humano (independente do poder de compra) é viver segundo uma lógica simbólica e não prática. Nesse sentido, não há uma rigidez que classifique onde se deverá comprar, de acordo com o que se recebe para viver ou sobreviver. Portanto, as camadas populares detêm sim a essencial característica do consumo, que é o poder de escolha, sobretudo depois da criação do Plano Real, o qual proporcionou menor instabilidade de preços no mercado brasileiro (BARROS; ROCHA, 2009).

Mencionar a referida pesquisa no debate aqui empreendido é demonstrar através de exemplificações – em espaços com dinâmicas totalmente opostas à área de estudo do presente trabalho – que o consumo das classes populares (seja de pequenas ou grandes cidades) não pode ser explicado de maneira simplista, atribuindo ao fator econômico a total responsabilidade do direcionamento de onde comprar e o que comprar. Assim, não se pode afirmar que a permanência da feira livre se dá, exclusivamente, por ela ser o lugar onde se encontra produtos com baixo valor.

Tentar atribuir à permanência da feira livre puramente ao viés econômico, além de uma explicação mecânica para com a dinâmica espacial, seria incorrer num erro de menosprezar o poder de escolha de consumo das classes populares, esclarecido acima. Em outras palavras, seria negar a lógica simbólica que rege a vida do ser humano, na qual o fator cultural predomina nas escolhas de consumo e, nesse entendimento, o poder de compra que cada um possui é um quesito somativo e não exclusivo.

O importante destaque do fator cultural é observado, por exemplo, na forte disseminação de aparelhos eletroeletrônicos nas moradias brasileiras. Em quantas casas não existe televisão, DVD ou aparelho de celular? Possivelmente poucas. Da casa mais humilde às mais luxuosas, estes produtos entraram no cotidiano das pessoas com uma força considerável.

Compreender o que levam as pessoas a consumirem é importante porque “através do consumo, as pessoas usam as formas comerciais e constituem práticas espaciais. Geram-se fluxos e o espaço se metamorfoseia. O consumo é, portanto, um importante elemento de interpretação espacial” (SILVA, 2014, p. 01).

Nesse contexto, a possibilidade de escolha (das classes populares) no ato de consumir é sentida cada vez mais no espaço comercial juazeirinhense, devido ao afloramento das novas formas comerciais que passaram a coexistir com a feira livre, onde aliadas garantem o consumo de diferentes grupos sociais.

3. Feira livre: panorama atual

Se os fatores culturais direcionam os lugares de consumo, os fatores econômicos os limitam e também os expandem. Por isso também, a feira livre consegue manter-se nos diferentes espaços comerciais, pois é capaz de oferecer a preços baixos o que a indústria fabrica para ser consumido freneticamente.

É incoerente pensar que no modo de produção capitalista a sociedade de maneira igualitária conseguirá alcançar as suas necessidades reais. E mais impensável ainda cogitar a

possibilidade de todos alcançarem as necessidades criadas pelas empresas, que mantêm funcionários trabalhando, exaustivamente, para garantir e expandir os lucros tão almejados.

Na visão de Costa (2003, p. 141),

numa sociedade capitalista que tem no consumismo desenfreado a tônica de sua existência a Feira tem que surpreender pela capacidade de reaproveitamento e de longevidade que ainda consegue atribuir aos objetos. Qualquer olhar mais atento sobre esta inércia dinâmica representada pela Feira, será uma viagem num universo de descobertas. Objetos que se imagina ninguém mais utiliza são aí encontrados.

A capacidade de reaproveitamento e longevidade dos objetos, mencionadas acima, é observada, facilmente, na feira de Juazeirinho: seja no banco³ que vende, exclusivamente, artigos usados, como chuteiras de futebol, tênis, bolsas, camisas, entre outros; seja com o menino que comercializa desinfetantes, produzidos em casa e engarrafados de maneira artesanal, reutilizando garrafas pets de refrigerantes de 2 litros; ou na própria feira de troca, onde a antiga prática de escambo consegue sobreviver na era em que a moeda encontra-se transformada, evoluída e simbolizada em pequenos pedaços de plásticos dos cartões de créditos e dos cartões de débitos.

Em meio às estratégias capitalistas de tentar tornar o hábito de consumir produtos e serviços, dispensáveis, em algo que pareça imprescindível à sobrevivência humana; ou diante das ações de *marketing* que propaga a suposta relação direta entre felicidade e consumo, a feira livre se destaca enquanto forma comercial que prolonga a vida útil de algumas mercadorias.

Essas práticas, típicas da feira, abrem espaço, literalmente, para que o consumo aconteça também em outros moldes que não o esquematizado, atualmente, no qual se almeja a venda recorrente de novos produtos. O retorno de mercadorias já consumidas à feira livre – como ocorre na feira de troca ou no banco de produtos usados – é reflexo da sociedade consumista atual que tende a descartar com maior rapidez aquilo que se considerada inutilizado. Além disso, é o espelho das desigualdades socioeconômicas, oriundas do sistema capitalista, pois se infere que os fregueses desse tipo de mercadoria são pessoas que não conseguem ter acesso nem mesmo as réplicas dos lançamentos propagados pela mídia em massa e presentes na feira livre com menor valor.

³ O equipamento que os feirantes utilizam para expor as suas mercadorias são chamados de banco ou banca. Geralmente os bancos da feira são de madeira (os oferecidos no município) ou de ferro (dos próprios feirantes e são desmontáveis). Existem ainda os que utilizam apenas uma lona no chão e distribuem as suas mercadorias.

Nesse sentido, a feira livre expande mais uma vez os lugares de consumo. O fato é que não se sabe ao certo por quantas vezes a mesma mercadoria é vendida e quanto mais isto acontecer, possivelmente, menor será o seu valor e maior será a quantidade de pessoas que terá acesso aquele produto. Logo, a rotatividade de mercadorias descartadas por clientes de outrora é outro nutriente para a manutenção da feira livre no espaço urbano contemporâneo.

Diante do exposto, percebe-se que a feira livre em sua plenitude abriga produtos da cultura de massa e produtos da cultura popular⁴. Por isso, talvez seja audacioso traçar perspectivas da feira livre quando ela já demonstrou que pode acompanhar constantes modernizações ao mesmo tempo em que oferece determinados produtos que chamam o cliente a voltar ao passado.

Os produtos regionais exibidos nas tradicionais bancas oferecem as mesmas mercadorias de outrora. Os potes de barro, os artigos de couro de animal, a bucha vegetal, o fogareiro de alumínio, o candeeiro, vassouras de agave, o chapéu de palha, entre outros, são exemplos de artigos que possibilitam a manutenção de costumes pretéritos, quando há possibilidade de modificá-los, mediante o uso de outros produtos.

Há ainda os alimentos que guardam o sabor da infância: o sequilho; o beiju; o doce de coco quebra-queixo; o amendoim comercializado ainda na casca; os bolos e lanches das barraquinhas tão consumidos por aqueles meninos que pegam frete, semanalmente; enfim alimentos que passam de geração a geração preservando quase que totalmente a mesma importância para aqueles que durante a terça-feira tinham um motivo a mais para ir à feira: buscar aquilo que só poderia ser encontrado lá.

Por outro lado, DVD's e MP3's; eletroeletrônicos; chip's, recargas de celulares e acessórios para os mesmos; e TV por assinatura são exemplos de mercadorias que carregam alto teor de técnica e também são encontrados no universo da feira. Destaca-se agora as duas últimas categorias, presentes há pouquíssimo tempo como mercadoria de tão fácil acesso. Primeiro, porque Juazeirinho passa a contar com o seu primeiro sinal de celular apenas em 2010

⁴ Segundo o Portal da Educação: “a cultura de massa é aquela considerada, por uma maioria, sem valor cultural real. Ela é veiculada nos meios de comunicação de massa e é apreciada por ela. É preciso entender que massa não é uma definição de classe social, e sim uma forma de se referir a maioria da população. Essa cultura é produto da indústria cultural. A indústria cultural produz conteúdo para ser consumido, não se prende a técnicas. É produto do capitalismo e feita para ser comercializada. [...] A cultura popular é qualquer estilo musical e de dança, crença, literatura, costumes, artesanatos e outras formas de expressão que é transmitida por um povo, por gerações e geralmente de forma oral. Essa cultura não é produzida após muitos estudos, mas é aprendida de forma simples, em casa, com a convivência da pessoa nesse meio. Ela está ligada à tradição e não é ensinada nas escolas” **(PORTAL DA EDUCAÇÃO**, disponível em:

<<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/48831/cultura-de-massa-cultura-popular>> Acesso em: 31 Maio 2015).

(Claro) e, aproximadamente, dois anos depois é que a operadora Tim passa a funcionar. Segundo, porque a TV por assinatura era muito mais difundida nas áreas urbanas de maior concentração populacional, como as médias e grandes cidades. Havendo o consumo nas pequenas cidades de maneira esporádica.

“Assim, é importante compreender o movimento dialético do velho e do novo, em que o velho se transforma, mas não desaparece” (SANTOS, 2013, p. 01). Sobre esses novos conteúdos incorporados pela feira e a manutenção de mercadorias pretéritas – hoje consideradas artigos regionais por quem migrou para o modelo de consumo contemporâneo –, observa-se a convivência do velho com o novo, em que encontram-se separados por bancas ou encontram-se paralelos, dividindo a pequena dimensão que cada feirante utiliza.

As Fotografias 1A e 1B mostram as permanências e transformações da feira livre de Jauzeirinho.

Fotografias 1A e 1B – Artigos regionais e produção massificada



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A Fotografia 1A representa alguns produtos que guardam as marcas do passado e denunciam momentos históricos que continuam a existir. A mala com estilo bastante tradicional e a chapa de ferro, utilizada como base para o fogão a lenha é uma mostra dos produtos regionais encontrados, no dia da feira, nesta pequena barraquinha, localizada na parte externa do Mercado Público Municipal.

Mesmo sem ter a dimensão exata da magnitude das permanências, os produtos tradicionais, encontrados por toda a feira, explicitam o lugar que o tradicional ainda mantém nos dias de tecnização difundida em massa. Talvez por falta de dinheiro ou por não se identificar com as mudanças de hábitos exigidas por cada nova embalagem, os perfis dos consumidores que circulam pela feira são plurais tanto quanto a diversidade de produtos expostos.

Não se pode pensar, todavia, que a Feira é esta completa cristalização do passado, onde o tempo parou, é, porém uma **inércia dinâmica**, que sobrepõe elementos do passado, mas que também absorve modernizações do presente, as quais muitas vezes são adaptadas à estrutura preexistente, dando lugar a novas formas e ações [grifo nosso] (COSTA, 2003, p. 143).

A condição de inércia dinâmica, atribuída à feira, é o resultado da complexidade assumida pela mesma, onde o referido autor uniu termos, inicialmente, antagônicos:

i) Caso se tome o sentido literal dos vocábulos destacados na citação, compreende-se inércia enquanto sinônimo de parado, e dinâmica enquanto sinônimo de movimento.

ii) Já se mergulhar no trecho transcrito, percebe-se que inércia foi usado fazendo alusão ao passado enquanto dinâmica faz referência ao presente.

Em ambas as leituras, identifica-se a ideia de oposição, pois como imaginar o passado e o presente se apresentando ao mesmo tempo? Ou como algo pode estar parado e em movimento simultaneamente? A feira livre pode e está. Ela está parada quando mantém produtos tradicionais e hábitos de consumo do passado e está em movimento quando oferece modernos produtos e hábitos de consumo atuais. Isso foi percebido a cada ida a campo.

Na feira, em alguns olhares lançados parece que o tempo havia parado, enquanto em outros olhares era visível que ela está mais atualizada do que se imaginava. Esses olhares que imprimem o passado e o presente, ou a ideia de aglutinar o parado e o movimento estão expostos na Fotografia 1B, capaz de representar em um único banco a inércia dinâmica da feira livre.

Os itens presentes na referida fotografia demonstram isso por si só: o *banner* propagando a venda de *chip* e recarga de celular disputa a atenção dos transeuntes junto aos DVD's e entre os artigos de couros, selas e correntes de animais, todos pertencentes ao mesmo feirante. Essa mistura de mercadorias é uma prática muito comum nos bancos da feira, porque o feirante não sente amarras que o pressione a seguir quaisquer padrões de beleza ou conforto. Ele é livre para trabalhar com as mercadorias que lhes forem acessíveis e achar conveniente.

Daí ser a feira o lugar do misturado e é por essa característica de tudo caber na feira – e, por vezes, em um único banco – que se concorda com o termo inércia dinâmica, atribuído a esta atividade que permanece e se transforma, concomitantemente. Assim, através do uso dos múltiplos lugares de consumo dentro da feira, há a manutenção de hábitos de consumo tradicionais e o oferecimento de hábitos de consumo modernos, ou seja, existe a coexistência de práticas sociais novas e velhas.

E o que é o espaço sem as práticas sociais? Nada! Impensável! Não existe espaço sem práticas sociais, assim como não existem práticas sociais sem espaço. Por reconhecer essa inerência, Souza (2013, p. 16, grifo do autor) faz a seguinte afirmação:

Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela *sociedade concreta*, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam.

O interesse epidérmico, mencionado acima, é se preocupar apenas pelas formas sem investigar o que acontece nelas. Quando se fala em comércio, para a Geografia, mais interessante que apenas tipificar as formas comerciais existentes, entre moderna ou tradicional, é acompanhar as relações sociais existentes. Ora, se for comparar, por exemplo, a utilização de um supermercado em uma pequena cidade e em uma área metropolitana, logo há de se convir que na pequena cidade, essas formas comerciais se transformarão, imediatamente, em lugar de conversa, de encontro, de reencontro.

Isso porque os clientes se conhecem da vizinhança; dos graus de parentescos; de ser padrinho, madrinha ou afilhado(a) de alguém. E na feira? Este espaço é ainda mais repleto de espontaneidade, de alegria ao encontrar alguém querido, mas que não há oportunidade de vê-lo durante a semana. É o lugar de pessoas que circulam para paquerar, como também daqueles que estão andando sem a pretensão de nada comprar.

A facilidade de chegar ao centro da pequena cidade – se comparado a dificuldade de chegar ao centro de uma cidade média ou grande – contribui para que a ida a feira se torne também uma oportunidade de passeio, isto é, de lazer. Portanto, o espaço comercial não é constituído apenas por empresários, feirantes e clientes ou estabelecimentos e bancos da feira. Estes são pertencentes, mas o que o estrutura são as relações sociais tecidas em cada ponto de venda.

As formas comerciais e lugares de consumo possuem práticas sociais que lhes são próprias. A feira, por exemplo, é o lugar da ‘pechincha’. É onde se pode esperar a baixa de preços de acordo com o avanço das horas ao longo do dia. É o lugar que o freguês sente a liberdade de pedir um ‘agrado’⁵. E, por vezes, o próprio feirante já faz isso, espontaneamente.

⁵ O agrado é uma ou mais unidades de alguma mercadoria que o freguês deseja levar além do que já foi pago. Por exemplo, são 10 laranjas por R\$ 2,00, então o freguês paga R\$ 4,00 e pergunta se pode levar 21 ou 22 unidades. Nesse caso, se ele conseguir o agrado, estará ganhando uma ou duas unidades. Essa prática pode ser considerada um tipo de pechincha, todavia a intenção não é baixar o valor da mercadoria e sim levar algo que não foi pago com o consentimento do feirante.

Assim, são essas práticas – dentre outras que não foram mencionadas – que fazem da feira o que ela é: uma forma comercial que abriga práticas de consumo que dificilmente se conseguirá obter em outras formas comerciais, principalmente, quanto mais modernizadas estas for.

Todas as formas de consumo, já citadas, ocorridas na feira livre, sobretudo aquelas que ampliam a vida útil das mercadorias e as que oferecem certas vantagens de preços, como a ‘pechincha’ e o ‘agrado’, são artimanhas utilizadas pela sociedade com menor poder de compra para conseguir sobreviver melhor. Em uma relação de simbiose, fregueses e feirantes fazem concessões para amenizar os ônus de viver em um país não desenvolvido do sistema capitalista.

Um destes maiores ônus é a desigualdade sócio-espacial, intensificada pelo processo de globalização econômica, na qual grande parte dos indivíduos não consegue ter acesso àquilo que é de mais básico para a sobrevivência humana, como o direito a: saúde, educação, moradia e ao consumo de itens essenciais como alimento e água potável.

Santos (2014, p. 24) sintetizou essa constatação na seguinte afirmação: “Nos países subdesenvolvidos, de um modo em geral, há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são”. A cidadania como algo esporádico é sentido, diariamente, por cada núcleo familiar que enfrenta, sem opção, nos diversos cantos do Brasil, a pobreza que restringe as chances de bem-estar social.

Nesse cenário, a feira mostra a sua grandeza e torna-se uma redenção para os pobres na contemporaneidade:

Por ser uma atividade refúgio das classes menos favorecidas, a Feira bem como outras atividades do circuito inferior deveriam merecer maior atenção do Estado, pela capacidade que têm de absorver os impactos das modernizações sendo importante setor de geração de rendas e de sobrevivência das camadas sociais excluídas do processo “globalitário”. A feira sustenta uma estrutura de fornecedores (varejo e serviços) extremamente fragmentada. Portanto, as rendas deste comércio são mais distribuídas, contrastando com as rendas do varejo mais moderno, a exemplo dos supermercados, onde são extremamente concentradas em poucas mãos e cada vez mais com origem em um capital extra-regional e até extranacional (COSTA, 2003, p. 218).

Assim, a feira, por onde ainda se apresenta, pulveriza renda junto aos feirantes e concede oportunidade única de consumo a um público que pode não ter como adquirir as mercadorias em outra forma comercial, caso estas pessoas exerçam as práticas sociais que ocorram, exclusivamente, nela.

Diante disso, convém ressaltar que a feira não é algo particular dos pequenos núcleos urbanos, ela também se dissemina em grandes cidades do Nordeste brasileiro e encontra-se atuante nas duas maiores metrópoles nacionais: Rio de Janeiro e São Paulo. Nesta última, estão cadastradas na Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras 863 feiras livres (SANTOS, 2013, p. 01) o que demonstra sua magnitude também nos níveis superiores da hierarquia urbana.

Essa permanência em diferentes espaços (urbanos e comerciais) pode ser explicada porque embora o circuito inferior ofereça *a priori* o consumo tradicional, é exatamente por ele que se pode atender algumas necessidades modernas de consumo (COSTA, 2003). Sendo os grandes centros urbanos o epicentro das divulgações dos novos produtos e hábitos de consumo modernos, a feira é mais uma das inúmeras atividades do circuito inferior. Logo, detém o principal requisito para a sua perpetuação na cidade contemporânea: ser um espaço comercial que proporciona o saneamento de muitas das necessidades reais e criadas.

Tanto as necessidades reais quanto as criadas ao serem resolvidas pela feira, reaviva a sua importância para a sociedade contemporânea porque os desníveis de renda entre os brasileiros não anulam as consequências nocivas das propagandas.

No contexto atual, caracterizado pela presença de um meio técnico-científico-informacional, a necessidade humana de consumir vem se transformando em um ato de buscar produtos específicos, os quais despertam sensações programadas para serem sentidas antes mesmo de se adquirir aquela mercadoria.

Sem possibilidade de adquirir a peça propagada, o indivíduo tende a buscar algo similar e, nesse cenário, entra em ação com muita força o circuito inferior que explorando o efeito-demonstração⁶ se apropria do que está sendo produzido no circuito superior. Essa relação gera, nos países não desenvolvidos, uma dependência do primeiro circuito (mencionado) pelo segundo, como revela Santos (2008), o que faz com que eles se complementem e não se ponham de maneira oposta.

Assim, ambos estão a serviço do capital e a diferença entre eles é que no circuito inferior há principalmente ação dos indivíduos, enquanto mentes que criam, inovam, reaproveitam, de acordo com as necessidades vigentes, observando a estrutura do lugar, na qual as forças internas agem com intensidade, o que não ocorre no circuito superior, onde o que é arquitetado e impresso no espaço tende a servir primeiramente a lógica de reprodução capitalista.

⁶ Segundo Santos (1981, p. 11) o efeito demonstração é “a inclinação dos pobres no sentido de consumir da mesma maneira que os ricos”.

Seja nas grandes, médias ou pequenas cidades as propagandas alcançam a todos e junto a elas dissemina-se o efeito-demonstração, combustível eficaz para abastecer as atividades do circuito inferior. A feira livre, portanto, é uma destas atividades nutridas pelo efeito-demonstração.

Agregando produtos e hábitos de consumo da cultura popular, bem como, os produtos e hábitos de consumo da cultura de massa, cada feira livre apresenta em sua singularidade uma organização espacial que corresponde às necessidades (reais e criadas) daquela sociedade. Assim, a interação das forças externas e internas presentes em cada lugar concede identidade a cada uma delas, todavia o que se torna uma constante, sobretudo nas pequenas cidades, é que o dia da feira é, sem dúvidas, um dia de grande movimento.

4. Considerações finais

O estudo de caso realizado apresentou uma feira livre ainda importante enquanto lugar de consumo e como um lugar de práticas sociais que extrapolam as transações econômicas. Ressaltaram-se as permanências e transformações que ocorreram dentro da própria feira porque elas são impreteríveis para entendê-la na contemporaneidade, a qual está envolta de uma lógica de consumo recorrente e exacerbado.

Nesse sentido, a feira livre ao mesmo em que corrobora com tal lógica, ao oferecer réplicas de produtos criados diuturnamente, apresenta-se na contramão desse movimento quando concede práticas de comercialização de produtos já utilizados, como ocorre na feira de troca e nos bancos de mercadorias usadas. A feira livre, deste modo, consegue se manter no espaço urbano porque ao mesmo tempo em que proporciona diferentes tipos de consumo oferece a cidade um lugar de encontro, ou seja, um lugar do acontecer social.

5. Referências

- ASSIS, Lenilton Francisco de; ARAÚJO, Francinelda Ferreira de. A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de julio de 2009, vol. XIII, núm. 294 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-294.htm>>.
- BARROS, Carla; ROCHA, Everaldo. Lógica de consumo em um grupo das camadas populares: uma visão antropológica de significados culturais. In: ROCHA, Angela Da; SILVA, Jorge Ferreira da. (Orgs) **Consumo na base da pirâmide: estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CORRÊA. Roberto Lobato. **Trajatórias geográficas**. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COSTA, Antônio Albuquerque. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife: UFPE, 2003.
- DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br>> Acesso em: 22 Maio 2015.
- MUSEU DA CANÇÃO. **Feira de Mangaio**. 21 de Novembro de 2012. Disponível em: <<http://museudacancao.blogspot.com.br/2012/11/feira-de-mangaio.html>> Acesso em: 24 Maio de 2015.
- SANTOS, Cláudio Ressurreição. O Lugar da feira livre na produção do espaço da cidade contemporânea: mudanças e permanências. X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE. **Anais...** Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2013.
- SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. Tradução Myrna T. Rego Viana. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. **O espaço do cidadão**. Coleção Milton Santos. 7. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SILVA, Izabelle Trajano. Consumo e espaço: abordagens geográficas. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. **Anais...** Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): Vitória-ES, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404152738_ARQUIVO_artigoCompleto_CBG.pdf> Acesso em: 01 Jun. 2015.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA: ESTUDO DA DINÂMICA CLIMÁTICA DAS SECAS E ESTIAGEM EM MOSSORÓ-RN (1970-2014)

SITUATIONS OF EMERGENCY AND A STATE OF EMERGENCY: STUDY OF CLIMATE DYNAMICS DROUGHTS IN MOSSORÓ – RN (1970-2014)

Alexsandra Bezerra Rocha¹

Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

O estudo da dinâmica climática frente a situações de emergência (SE) e estado de calamidade pública (ECP) (estiagens e seca) foi objeto de estudo deste trabalho. A metodologia consistiu na pesquisa documental, de bancos de dados, e ainda pesquisa de campo, análise da dinâmica climática em Mossoró obedecendo aos seguintes recortes temporais: climáticos (1970-2013) e defesa civil de Mossoró (1983-2013). Na série em análise encontrou-se 18 eventos extremos, destes 16 anos foi decretado situação de emergência e dois estado de calamidade pública, estes foram analisados de acordo com a técnica dos quantís, portarias e decretos de SE e ECP, além de análise no jornal de maior circulação na cidade sobre os eventos extremos. Percebe-se que existe muita fragilidade nos órgãos gestores frente às ações ligadas ao processo de redução da vulnerabilidade e da ocupação de áreas sujeitas aos eventos extremos. A gestão e o gerenciamento de risco dependem do conhecimento dos vários processos naturais, induzidos ou não, bem como da necessidade de clareza conceitual que venha orientar as atividades de pesquisa e planejamento.

Palavras Chaves: Situação de emergência. Estado de calamidade. Dinâmica climática

Abstract

The aim of the research is the study of climate dynamics (droughts) in situations of emergency and a state of emergency. The research focuses on the methodology used is based on review of existing documentation, database and fieldwork, analysis climatic dynamics in Mossoró, with the following timeframes: climatic (1970-2013), Mossoró civil defense (1983-2013). Within the analyzed series, 18 events were found, among them 16 were declared as situation of emergency and 2 as state of emergency. These were analyzed according to the technique of quantiles, ordinances and decrees of SE and ECP, as well as analysis in the newspaper with the highest circulation in the city on extreme events. It is perceived that there is a great deal of fragility in the managing organs regarding the actions related to the process of reducing vulnerability and occupying areas subject to extreme events. Risk management and management depend on the knowledge of the various natural processes, induced or not, as well as on the need for conceptual clarity that will guide the research and planning activities.

Keywords: Situations of Emergency. State of Emergency. Climate Dynamics.

¹ Professora da Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Geografia (Unageo/CFP-UFCG). E-mail: alexsandrarochoa2@hotmail.com

1. Introdução

A seca é o mais complexo e o menos entendido de todos os desastres naturais e o que afeta mais pessoas. Existem três aspectos da seca para Região Nordeste do Brasil: duração e evolução do evento, falta de uma definição precisa e universalmente aceita de seca e abrangência dos impactos.

A seca de acordo com Brasil (2012) é considerada como uma estiagem que se prolonga durante um período de tempo suficiente em que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio ecológico. Já a estiagem define-se como um período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que, por conseguinte, a perda de umidade do solo é superior à sua reposição. Para Castro et al (2003) a seca é uma estiagem prolongada caracterizada por provocar uma redução intensa e contínua das reservas hídricas existentes. Portanto, estiagem é uma seca de curta duração.

No Brasil, seca e estiagem são termos oficiais para eventos de intensidades diferentes. De acordo com a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), são desastres que pertencem ao subgrupo seca, dos desastres climatológicos, com códigos e simbologias distintas.

Os desastres se dão a conhecer no Brasil, dentre outros aspectos, através da evolução do ato administrativo de decretação municipal de Situação de Emergência (SE) e de Estado de Calamidade Pública (ECP), reconhecidos por portaria da Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional (SEDEC/MI).

Os desastres no Brasil quanto à intensidade caracterizam-se na ocorrência de pelo menos dois danos humanos, materiais ou ambientais: Nível I (SE) uma vez que os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível localmente ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais; Nível II (ECP) os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais, mesmo quando bem preparados, e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINDEC e, em alguns casos, de ajuda internacional (BRASIL, 2012).

A decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública é quando ocorre um perigo inusitado (fatalidade), mas o que se vê é que 1/3 das decretações se repetem no mesmo ano ou se estendem temporalmente no mesmo município (BRASIL, 2012).

Portanto, decreto é uma ordem emanada de uma autoridade superior ou órgão (civil, militar, leigo ou eclesiástico) que determina o cumprimento de uma resolução, já as portarias são atos administrativo normativo que visa à correta aplicação da lei, expressando em minúcia o mandamento abstrato da lei, com a mesma normatividade da regra legislativa, embora seja manifestação tipicamente administrativa.

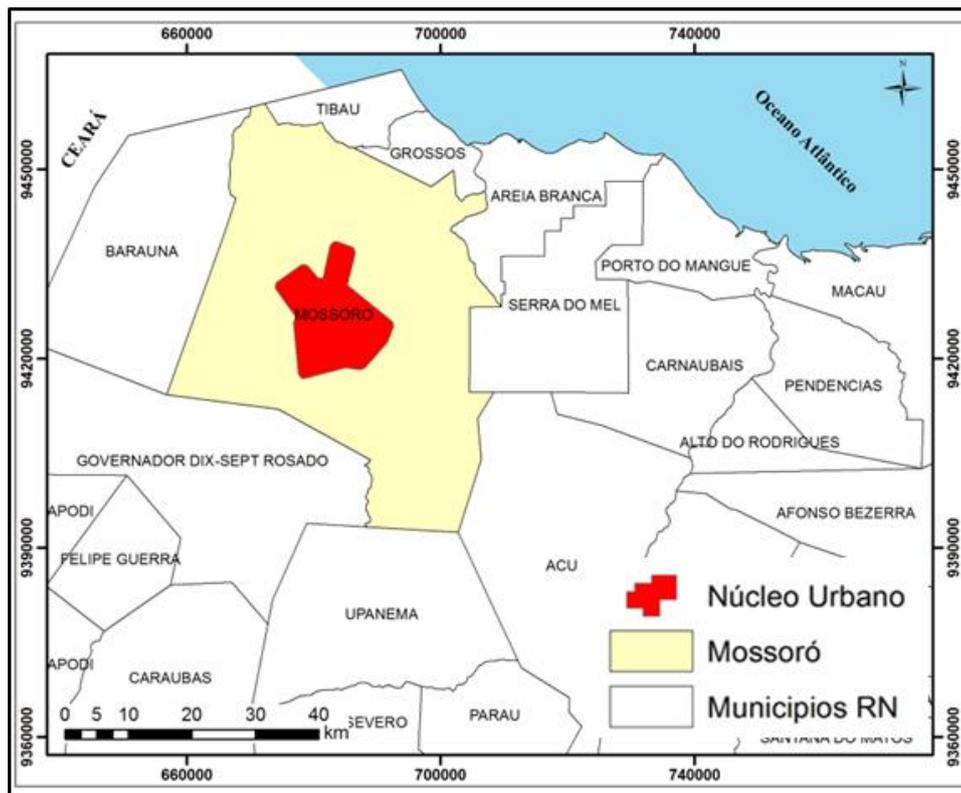
Nos últimos anos, a frequência de eventos levou muitos municípios no Brasil a decretarem Situação de Emergência e/ou Estado de Calamidade Pública. E o que se tem visto nesses casos é que as comunidades afetadas são reiteradamente desqualificadas, recebem providências de reabilitação de baixa qualidade, são paulatinamente abandonadas à própria sorte, além de ações não democráticas e deterioração dos direitos da pessoa humana, pois como moram em áreas declaradas “como de risco”, não podem voltar para suas residências.

Diante do exposto, a área escolhida está situada no Nordeste do Brasil, município de Mossoró no Rio Grande do Norte (Figura 1), com população de 259.815 habitantes e área de 2.099,3 km² (IBGE, 2010) região semiárida, inserida na bacia sedimentar potiguar. Essa área abriga uma vegetação de caatinga pouco preservada. Do ponto de vista geomorfológico, a região insere-se na Chapada do Apodi, elaborada na Formação Jandaíra. Ocorrem ainda tabuleiros, modelados na Formação Barreiras, e feições fluviais, sustentadas por depósitos aluvionares.

A região em estudo insere-se no Trópico Semiárido nordestino, onde a normal pluviométrica varia de 400 mm a 600 mm. Tem influência dos sistemas atmosféricos e mecanismos físicos associados: Zona de Convergência Intertropical - ZCIT, Vórtice Ciclônico de Ar Superior – VCAS, Complexo Convectivo de Mesoescala - CCM, Linhas de Instabilidade e as Ondas de Leste e dos fenômenos oceânicos: La niña e El niño Oscilação Sul e Dipolo do Atlântico (ALVES, 2004).

Segundo o Idema (1999) O período de maior atuação dos sistemas citados no município de Mossoró tem início em fevereiro, com máxima ocorrendo no mês de abril. A quadra chuvosa inclui os meses de fevereiro, março, abril e maio, correspondendo ao fim da estação astronômica verão e início do outono. Relacionado à baixa latitude e à ausência de fatores geográficos influenciadores do regime térmico, caracterizado basicamente, por temperaturas elevadas e amplitudes térmicas reduzidas. A temperatura média anual gira em torno de 27°C. Julho é o mês mais frio, com média de 26,5° C. As temperaturas máximas e mínimas do ar têm valores médios iguais a 33,3°C e 22,7°C, respectivamente. Os ventos predominantes na região são de Leste-Sudeste e têm velocidade média anual de 4,0 m/s.

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Mossoró



Fonte: Autores

Em 2013 o Nordeste do Brasil viveu a pior seca dos últimos 100 anos e o prejuízo com a prolongada estiagem chegou a R\$ 18 bilhões (CPTEC, 2014).

Diante do exposto, o objetivo geral do trabalho é analisar por meio da técnica dos quantís as decretações de Situação de Emergência (SE) e de Estado de Calamidade Pública (ECP) dos processos naturais extremos, que pertencem ao grupo de desastres climatológicos, subgrupo seca e estiagem (1970-2014).

2. Material e método

A metodologia de análise dos dados centra-se na técnica dos quantís para encontrar os anos extremo seco. A partir de uma análise dos anos, examinaram-se os relatórios de avaliação de danos, os decretos e as portarias de situação de emergência e de estado de calamidade pública.

As técnicas para identificar, quantificar e monitorar os eventos climatológicos, centram-se principalmente nos eventos de seca, desde o início do século XX, e tem como utilização os dados de precipitação, temperatura, umidade do solo e disponibilidade de água.

A escolha da técnica depende de diferentes fatores, como a informação disponível, o tipo de seca (meteorológico, agrícola ou hidrológica), a escala espacial (continental, nacional ou regional) e o tipo de impacto (na vegetação, na agricultura, social, econômico, dentre outros).

Neste trabalho o evento climatológico a ser estudado trata da seca hidrológica que pode ser caracterizada por um déficit no abastecimento de água na superfície e uma diminuição de água no subsolo provocados por uma recarga menor do que o necessário da média anual (SOUSA JÚNIOR; LACRUZ, 2015). E também serão analisadas as estiagens e suas consequências. Os dados serão trabalhados por meio da técnica dos quantís, análise histórica nos principais jornais da cidade, análise dos sistemas atuantes nos anos extremos e dos documentos oficiais como os formulários Notificação Preliminar de Desastre NOPRED e os Formulários de Avaliação de Danos AVADAN.

Além disso, foi realizada uma revisão dos trabalhos publicados com as características atmosféricas e oceânicas da superfície e da circulação de ar superior, associadas ao modo de variabilidade climática conhecido como Padrão de Dipolo que se manifesta sobre a Bacia do Atlântico Tropical.

2.1. Critérios para seleção dos desastres naturais em diferentes bancos de dados

Foi analisado o banco de dados da defesa civil nacional e municipal, a partir das informações contidas no AVADAN, elaborados a partir da Lei n. 12.608/12 (BRASIL, 2012), que extingue o NOPRED, ao revogar o artigo 17, da Lei n. 12.340/10.

Foi analisada normas da Instrução Normativa GM/MI n. 1, de 24 de agosto de 2012, que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas. A mesma instrução normativa institui o Formulário de Informações do Desastre - FIDE – (que substitui o AVADAN e o NOPRED), a Declaração Municipal de Atuação Emergencial - DMATE e a Declaração Estadual de Atuação Emergencial - DEATE.

É importante ressaltar que existem muito mais registros de SE e ECP, entretanto, foi considerado apenas os que foram validados, através dos dados pluviométricos, técnica dos quantís e dos jornais.

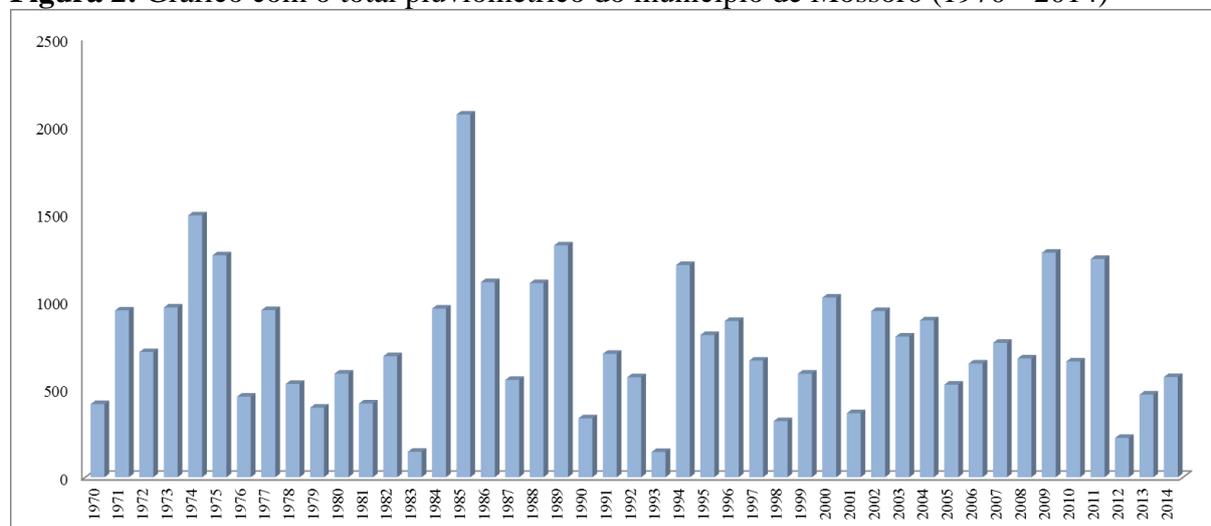
É importante assinalar a existência de falhas no conteúdo dos registros oficiais – dentre as mais graves, simplificação de um acontecimento complexo e as muitas alternativas para

tipificar um mesmo tipo de desastre, crescimento na taxa de urbanização no Brasil e o agravamento dos desastres, dificuldade de analisar as informações de forma evolutiva e comparativa mais rigorosa.

2.2. Seleção e análise dos dados pluviométricos

Os dados pluviométricos do município de Mossoró utilizados neste trabalho (Figura 2) consistem de uma série de quarenta e cinco anos (1970-2014). O posto selecionado está nas coordenadas de 5° 11' 15'' S e longitude 37° 20' 39'' W, situado em Mossoró, o banco de dados pertence a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - EMPARN.

Figura 2: Gráfico com o total pluviométrico do município de Mossoró (1970 - 2014)



Fonte: EMPARN

2.3 Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, *Climate Prediction Center* - CPC e do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC

Os sistemas atmosféricos e os fenômenos oceânicos foram analisados para entender os efeitos dos eventos extremos das secas e estiagens no município de Mossoró, pois a ocorrência ou não destes sistemas acabam influenciando consideravelmente nos impactos socioambientais. A partir dos dados acima analisou-se os sistemas atmosféricos e os fenômenos oceânicos que estavam atuando para ocorrência do evento extremo.

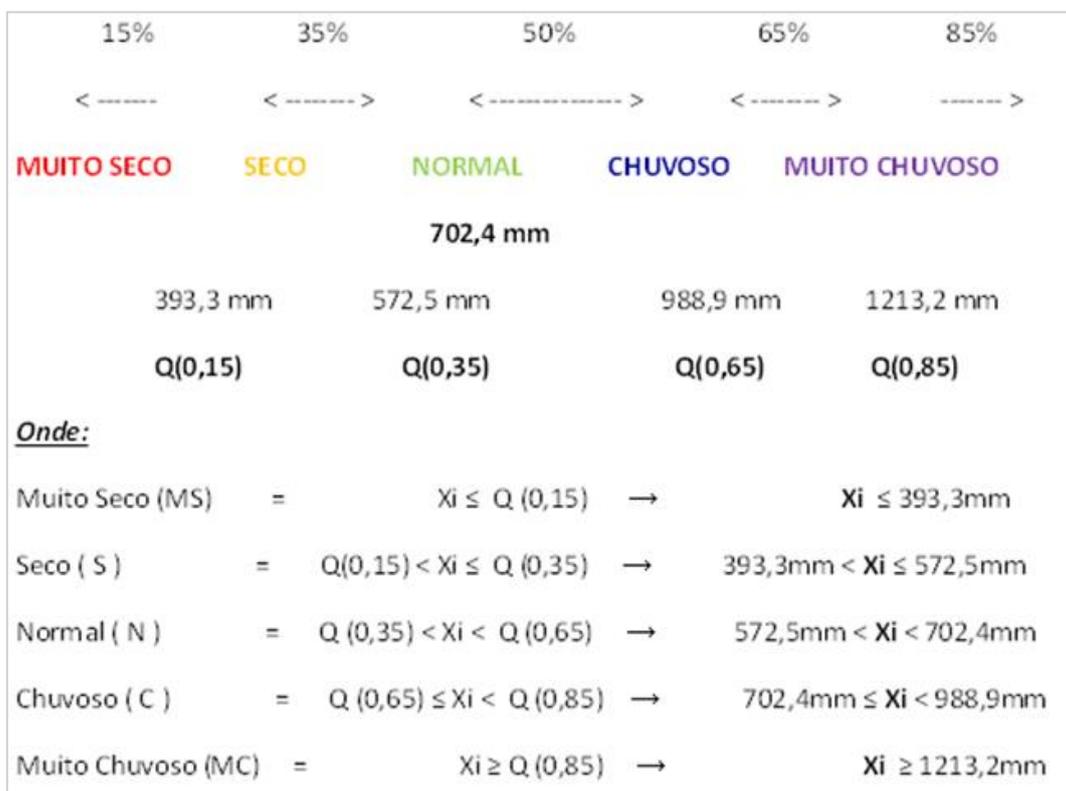
2.4 Técnica dos quantís para análise dos anos extremos de seca e estiagem

O critério adotado para validar os anos que foram decretados Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública baseou-se na técnica dos quantís (MONTEIRO *et al*, 2012), para

definir ano padrão e encontrar somente os anos extremo seco. Desta forma, os totais de chuva acumulada em cada ano da série histórica são agrupados em uma única tabela e, em seguida, os valores são somados para obtenção do total pluviométrico acumulado durante cada ano. Posteriormente, os valores anuais são ordenados (do menor valor para o maior valor), no intuito de aplicar a técnica estatística e encontrar a ordem quantílica (0,15, 0,35; 0,50; 0,65; 0,85), os quais representam as classes muito seco, seco, normal, chuvoso e muito chuvoso, respectivamente.

Cada valor possui um número de ordem (i) que varia de 1 a 46, e posteriormente é aplicada a seguinte fórmula: $Q(P) = y_i + \{[P - P_i] / [P_{i+1} - P_i]\} * [y_{i+1} - y_i]$.² Assim a partir da ordem quantílica obtêm-se as 5 classes (Figura 3) e logo em seguida ordena-se o resultado final (Quadro 1).

Figura 3: Quantís anual disposto em cinco classes (1970 - 2014)



Fonte: autores

A classificação dos anos em uma das classes estabelecidas (muito seco, seco, normal, chuvoso e muito chuvoso) foram organizados, no intuito de facilitar as análises e

² $Q(P)$ = Quantil (Ex: $Q(0,25)$ é o quantil que corresponde à ordem quantílica $P = 0,25$); i = número de ordem para cada valor (ordenar de forma crescente); y = valor correspondente a cada número de ordem i (no caso, seria o total pluviométrico em mm); P_i = Ordem quantílica ($P_i = i / (N + 1)$); e N = Número de elementos da série.

observações, seguindo o objetivo do trabalho anos de seca e estiagens e a partir de análise das matérias jornalísticas anos com eventos isolados, como pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1: Classificação de cada ano da série histórica utilizada (1970-2014), de acordo com os valores estabelecidos para cada classe quantílica

ANOS	PLUVIOSIDADE	QUANTIL
1970	416,4	SECO
1971	950,2	CHUVOSO
1972	713,0	NORMAL
1973	966,7	CHUVOSO
1974	1491,6	MUITO CHUVOSO
1975	1264,2	MUITO CHUVOSO
1976	458,9	SECO
1977	951,6	CHUVOSO
1978	531,6	SECO
1979	396,2	MUITO SECO
1980	590,2	NORMAL
1981	420,0	SECO
1982	689,4	NORMAL
1983	145,2	MUITO SECO
1984	960,6	CHUVOSO
1985	2065,7	MUITO CHUVOSO
1986	1111,4	CHUVOSO
1987	554,4	SECO
1988	1105,7	CHUVOSO
1989	1320,6	MUITO CHUVOSO
1990	335,9	MUITO SECO
1991	703,0	NORMAL
1992	569,8	SECO
1993	144,2	MUITO SECO
1994	1208,6	MUITO CHUVOSO
1995	810,4	CHUVOSO
1996	890,3	CHUVOSO
1997	664,4	NORMAL
1998	319,4	MUITO SECO
1999	590,2	NORMAL
2000	1023,0	CHUVOSO
2001	365,0	MUITO SECO
2002	946,1	CHUVOSO
2003	801,3	CHUVOSO
2004	893,8	CHUVOSO
2005	527,7	SECO
2006	647,9	NORMAL
2007	765,7	NORMAL
2008	676,5	NORMAL
2009	1278,9	MUITO CHUVOSO
2010	659,5	NORMAL
2011	1242,8	MUITO CHUVOSO
2012	223,9	MUITO SECO
2013	470,6	SECO
2014	570,8	SECO

Fonte: Autores

Destes, apenas os anos muito seco e seco serão utilizados neste trabalho. A partir da técnica dos quantís encontrou-se:

- 7 anos na classe muito seco (1979, 1983, 1990, 1993, 1998, 2001, 2012);
- 9 anos secos (1970, 1976, 1978, 1981, 1987, 1992, 2005, 2013, 2014);
- 9 anos normal ou habitual (1972, 1980, 1982, 1991, 1999, 2006, 2007, 2008, 2010);
- 12 anos na classe chuvoso (1971, 1973, 1977, 1984, 1986, 1988, 1995, 1996, 2000, 2002, 2003, 2004) e;
- 7 anos na classe muito chuvoso (1974, 1975, 1985, 1989, 1994, 2009, 2011).

2.4 Dados dos jornais de maior circulação

Foram analisados os dados de jornais locais mais antigos, sobre consequências das secas e estiagens. É importante esclarecer que as informações não estão completas/ou detalhadas, ou seja, não foram encontradas matérias jornalísticas para os 7 eventos extremos encontrados, sendo apenas possível apresentar os dados em alguns anos em forma de tabelas, em outros através de mapas e fotografias, ou informações jornalísticas.

3. Resultados

Os dados da Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC analisados compreendem um conjunto de cinco portarias de reconhecimento da Situação de Emergência - SE e uma de Estado de Calamidade Pública - ECP, dois decretos, totalizando 7 eventos extremos (Tabela 1). A análise, a partir da metodologia dos quantís, das configurações atmosféricas atuantes, serve para entender os prejuízos materiais, ambientais, econômicos e sociais no núcleo urbano de Mossoró.

A partir da tabela 1 percebe-se que mesmo existindo as tipologias para o uso dos conceitos, no momento do preenchimento dos documentos não são considerados, além disso, ocorre também a junção de dois eventos em uma única decretação. Outra questão é que no ano de 1989 têm-se três solicitações de situação de emergência, em meses consecutivos. E no ano de 2004 têm-se duas solicitações uma para o primeiro semestre e outra para o segundo semestre.

A estiagem/seca mostra que nos anos extremos tem-se as consequências de situações adversas para a população e a economia, como é o caso dos anos 1990 com mais de cinco anos consecutivos com chuvas muito abaixo da média, anos 2000 em especial 2007 e 2013 estiagem

prolongada por mais de oito meses, e que mesmo com alguns eventos de chuvas concentradas não foram suficientes para suprir o déficit hídrico. Estes eventos foram considerados de nível I e II conforme a metodologia estabelecida pela defesa civil nacional.

Tabela 1: Registros de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública em Mossoró

Documento	Institucional	Período	Consequência	Quantil
Portaria	Ministro de Estado do Interior	nº 059 de 26 de Abril de 1983	Estiagem	MUITO SECO
Portaria	Ministra de Estado da Ação Social	nº 213 de 16 de Agosto de 1990	Estiagem	MUITO SECO
Portaria	Ministro do Estado da Integração Nacional	nº 141 de 19 de Abril de 1993	Estiagem	MUITO SECO
Portaria	Secretário da Secretaria Especial do Ministério do Planejamento e Orçamento	nº 46 de 29 de Maio de 1998	Estiagem	MUITO SECO
Portaria	Ministro de Estado Interino da Integração Nacional	nº 125 de 04 Junho de 2001	Estiagem	MUITO SECO
Decreto	Governadora do Estado do Rio Grande do Norte	Decreto Nº 22.637 abril de 2012	Estiagem	MUITO SECO
Decreto	Governadora do Estado do Rio Grande do Norte	Nº 23.801, de 18 de setembro de 2013	Estiagem prolongada/ seca	SECO

Fonte: Sistematização de banco de dados da defesa civil de Mossoró e aplicação da técnica dos quantís

Na tabela 2 encontra-se a sistematização dos tipos de processo climático-hidrológico encontrados no período em análise. São 15 anos e 18 eventos, sendo que 9 estão relacionados a estiagem/seca e destes 7 foram desastres ou do tipo I ou do tipo II. Nesta tabela encontra-se também a resposta institucional, (SE ou EC), atuação do padrão de dipolo, e situação do Pacífico, descritos e analisados a seguir. Ressalta-se que para os anos 1989 e 2004 a SE, foi reconhecida três vezes: 1 para enxurrada/inundação, 1 para intensas precipitações e 1 para estiagens.

Tabela 2: Matriz dos Episódios climático-hidrológico extremos em Mossoró-RN

15 ANOS 18 EVENTOS	TIPO DE PROCESSOS		RESPOSTA INSTITUCIONAL		PADRÃO DE DIPOLO			OCEANO PACIFICO
	ESTIAGEM SECA	INUNDAÇÕES	SE	ECP	POSITIVO	NEGATIVO	NEUTRO	
1983	X		X				X	EL NINO
1985		X	X			X		LA NINA
1989		X	X			X		LA NINA
1989		X	X			X		LA NINA
1989		X	X			X		LA NINA
1990	X		X				X	EL NINO
1993	X			X		X		EL NINO
1998	X		X		X			EL NINO
2001	X			X			X	LA NINA
2004		X	X		X			NEUTRO
2004		X	X				X	NEUTRO
2004	X		X					NEUTRO
2007	X		X				X	EL NINO
2008		X	X				X	LA NINA
2009		X	X			X		LA NINA
2010		X	X		X			EL NINO
2012	X		X			X		EL NINO
2013	X		X			X		EL NINO

Dos 45 anos analisados (1970 a 2014) 15 ocorreu algum evento extremo (Tabela 3), 18 eventos foram validados, 6 ocorreram na sequência entre os anos de 1989 (3) e 2004 (3). Foi decretado situação de emergência para 16 eventos e 2 decretações para CP, a principal atuação do padrão de dipolo foi negativa, e no Pacífico o principal sistema-oceânico foi o El nino, responsável pelas chuvas na região Nordeste.

3.1 Análise dos anos de estiagens/secas em Mossoró e configurações atmosféricas atuantes

A finalidade de dar emprego aos flagelados, desempregados e famintos da seca, foram soluções paliativas e muitas vezes improvisadas: bolsa safra, doações de alimentos, frentes de trabalho municipais, transporte de água em carros-pipas, assistência médica, alojamento, dentre outras ações. São questões que não representam contribuição sólida para a formação de uma economia mais resistente às vicissitudes climáticas. Quando as medidas não foram tomadas viu-se a mendicância generalizada, desnutrição e a deterioração dos níveis de saúde.

O primeiro episódio considerado na série analisada foi a estiagem de 1983. Em que 126 municípios do estado em Situação de Emergência declarada pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Norte (Portaria nº 59), devido a ocorrência prolongada da segunda maior estiagem na série analisada com precipitação de 145,2mm anual, configurando-se, portanto, ano extremo seco. Neste ano, ocorreu intenso episódio El Niño/Oscilação Sul - ENOS com dipolo neutro, segundo dados do CPTEC (2014):

Os prejuízos observados em anos de “El Niño” envolvem perdas na agricultura de sequeiro, na pecuária, oferta de energia elétrica, bem como o comprometimento do abastecimento de água para a sociedade e os animais. Este período corresponde ao plantio, na região, da segunda safra de feijão, cultura historicamente afetada pelos impactos climáticos desse fenômeno, principalmente na fase de plantio e desenvolvimento da cultura. Os picos anormais de preços no mercado brasileiro de feijão, na segunda metade do século XX, estão correlacionados às frustrações de safras ligadas às anomalias climáticas dos anos de ocorrência do ENOS, sobretudo na fase de El Niño (não paginado).

Na portaria não se tem o número de atingidos, de mortos, falta de água para o consumo, perdas da lavoura, mortes de animais e doenças de veiculação hídrica, apenas os nomes dos municípios em SE e ECP, divulgados através da portaria e publicada também no jornal Gazeta do Oeste.

No ano de 1990 choveu 335,1 mm, levando o Governador do Estado do Rio Grande do Norte a reconhecer SE para Mossoró devido à forte estiagem. Os anos 1991 (*El Niño* fraco), 1992 (*El Niño* forte) a situação continuou crítica. Agravando-se mais ainda em 1993 com precipitação anual de 144,2mm, padrão de Dipolo de anomalias de TSM negativo, sendo reconhecido ECP, ao município de Mossoró e a outros 136 municípios do RN por conta da estiagem. De 1990 ao início de 1995 ocorreu intenso episódio El Niño/Oscilação Sul - ENOS, este foi considerado o segundo mais longo evento nos últimos 50 anos.

Pode-se verificar, por meio da matéria abaixo (Figura 4), que no ano de 1993 mais de 450 agricultores de Mossoró sofreram com a elevação dos preços dos produtos de subsistência, devido à grande estiagem no estado, chegando a situação de penúria, com o campo devastado, perda total da lavoura e muitos animais mortos.

Além disso, notou-se que os déficits já vinham se acumulando há algum tempo, devido ao fato de nos últimos cinco anos, as precipitações no semiárido terem ficado nas cotas mínimas, em suas reservas, mesmo os de maior capacidade e os açudes de média e baixa capacidade secaram, ocasionando impactos sobre os recursos hídricos e transtornos para a população, sendo declarado ECP.

A estiagem desorganizou todo o sistema produtivo local, com reflexos que se fizeram sentir por vários anos: perdas agrícolas, perdas do rebanho e desemprego, saques de alimentos e de sementes, em algumas comunidades rurais famílias estavam se alimentando de palma, xique-xique e banana verde cozida (GAZETA DO OESTE, 1993).

Figura 4: Situação dos agricultores (1993)



Fonte: Hemeroteca do jornal Gazeta do Oeste – Mossoró-RN, 1993

Posteriormente, seguido de três anos habitual, com forte atuação do *El Niño* e com padrão de Dipolo de anomalias de TSM positivo, o ano de 1998 também não foi diferente, com 319mm de chuva anual sendo reconhecida SE ao município de Mossoró e a outros 80 municípios do estado por conta das estiagens.

No “El Niño” de 2001 é decretado pelo Governador do Estado do Rio Grande do Norte ECP por meio da portaria nº 125 em virtude da estiagem e da baixa precipitação anual (365 mm), ano muito seco com padrão de Dipolo de anomalias de TSM neutro. Mossoró e outros

123 municípios receberam assistência em 180 dias. Nesse ano, o Rio Grande do Norte foi palco de pelo menos seis manifestações de flagelados da seca, que bloquearam três estradas e saquearam um caminhão de alimentos:

[...] Foram levadas, de acordo com a polícia, 9,5 toneladas de alimentos entre carne, frango, peixe, queijo e enlatados. “Todos os protestos tiveram um ponto em comum: a luta pelo aumento do número de cestas básicas e de vagas nas frentes de emergência (Bolsa-Renda) do governo federal”, afirmou Marcos de Medeiros, assessor de Política Agrária e Meio Ambiente, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte. Para o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, José Geraldo Eugênio de França, a manifestação “foi um ato exclusivamente político” (Gazeta do Oeste, 2001).

Ainda, em 2001 houve comprometimento no armazenamento de água nos principais mananciais e reservatórios, prejudicando o atendimento d'água potável para o consumo humano da população rural e com os problemas socioeconômicos gerados, a administração municipal teve dificuldade em adotar medidas emergenciais que minimizasse a situação de anormalidade apresentada.

No ano 2004, foi decretado situação de emergência. O município de Mossoró perdeu mais de 50% da plantação de feijão, milho, mandioca e foi contemplado com a Garantia-Safra 2003-2004. As comunidades rurais tiveram dificuldade de acesso à água, algumas totalmente desprovidas de qualquer espécie de reservatório natural ou artificial capaz de atender a demanda humana.

Em 2007 com as chuvas espaçadas e concentradas durante a quadra chuvosa, a estiagem volta a castigar Mossoró e outros municípios do Rio Grande do Norte. Ano de “*El Niño*” e padrão de Dipolo de anomalias de TSM neutro, apesar da precipitação de 765,7 mm (acima da média anual), neste período há o comprometimento no armazenamento de água nos principais mananciais e reservatórios (4.000,000m³) provocando falta de água para o consumo, afetando também, a produção agrícola de grão, cereais, leguminosas, com redução de 75% da safra de milho e feijão. E também doenças de veiculação hídrica (pele e verminoses), causando prejuízos materiais, ambientais, econômicos e sociais para 15.743 pessoas (GAZETA DO OESTE, 2007). A Governadora homologa o decreto municipal nº 3. 043 de 1 de agosto de 2007 e declara situação de emergência para a área rural do município de Mossoró, afetada por estiagem.

No ano 2012, o município foi marcado por uma seca bastante severa, a governadora do Estado do Rio Grande do Norte declarou situação de emergência devido a caracterização de seca, no período considerado de janeiro de 2012 a setembro de 2013, como “Seca Severa”,

conforme “item n.º 1.4.1.2.0 – Seca” da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE sendo a mais intensa dos últimos 40 anos até então (está decretação foi renovada em 18 de setembro de 2013).

De janeiro à primeira quinzena de abril de 2012 choveu 151,4 mm e dos 58 dias de chuvas esperados, choveu apenas 24 dias, considerando-se o período como seco. Dos 167 municípios do estado, 139 tiveram reconhecida a situação de emergência, muitos a partir de um decreto único, causando uma queda de 3,5 bilhões no produto interno bruto do RN. A prefeitura de Mossoró fez a notificação preliminar do desastre em 12 de maio de 2012, descrevendo os sete polos rurais mais afetados, representando 21.994 pessoas (NOPRED e AVADAN, 2012).

A Secretaria de Agricultura estimou um prejuízo de R\$ 4,6 bilhões na produção agropecuária do Rio Grande do Norte o que, segundo à mesma, representa uma redução de 56,9% na contribuição do setor rural para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

Os reservatórios localizados no estado ficaram com percentual de armazenamento inferior a 50% da capacidade máxima. Desses reservatórios, havia quinze açudes com armazenamento inferior a 10%. O governo estadual reforçou que a situação deixava a zona rural dos municípios sem água para produção agrícola e pecuária e também para consumo humano.

A comunidade científica explica o fenômeno para a população:

Em 2012 ocorreu a maior seca dos últimos 40 anos e os estados mais afetados foram o norte do Nordeste, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Não choveu aqui em nossa região porque o Oceano Atlântico na costa do Ceará e Rio Grande do Norte não se aqueceu. O sistema de nuvens que provoca chuvas aqui na nossa região é chamado de Zona de Convergência Intertropical e esse sistema não se estabeleceu. A zona de convergência esse ano não desceu para provocar chuva aqui na parte norte do Nordeste porque o Oceano Atlântico ficou frio. Enquanto teria que se aquecer para a camada de nuvem se formar e os ventos do Nordeste soprarem aqui para cima e a gente ter chuva. Então esse ano de 2012 não esteve favorável de maneira nenhuma, em nenhum momento, por isso a gente teve essa seca enorme. Ainda mais os ventos se inverteram esse ano. Normalmente, nós temos ventos de nordeste trazendo umidade do mar aqui para cima da nossa região e esse ano os ventos atuaram muito de sudeste, soprando as nuvens para lá. Até o momento aqui em Mossoró choveu 199 milímetros, a média dos últimos 100 anos aqui em Mossoró é 680 milímetros de chuva durante o ano (ESPINDOLA, 2012³, p. 1).

O governo federal liberou uma linha de financiamento em 2012, para atender a agricultura do Nordeste, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. A linha de crédito foi para agricultores divididos por porte de atividades. Estes receberam uma linha de crédito de 12 mil (mil reais por mês) para pagamento em 10 anos

³ <http://www.defato.com/noticias/9989/jose-espindola-sobrinho>

com encargos de 1% ao ano. Os produtores obtiveram ainda um bônus de adimplência equivalente a 40% das parcelas quitadas até a data de vencimento pactuado. Os recursos eram do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

O sindicato dos trabalhadores da lavoura de Mossoró-STLM fizeram uma declaração sobre a perda da safra em 2012:

Existem 33 comunidades em Mossoró, com aproximadamente 7.500 famílias, totalizando aproximadamente 20.000 pessoas, com uma média de produção de feijão, milho e outras culturas de 112.000 toneladas de produtos, sendo 60% de milho, 30% de feijão e 10% de outras culturas totalizando 1.250.000,00 de prejuízo, perfazendo a perda significativa de 95%. Asseguramos que não existe no município água suficiente para bovinos, suínos, ovinos e caprinos, solicitamos o abastecimento imediato e contínuo das cisternas de placas e alvenarias e também através dos carros pipas (STLM, 17 de abril de 2012, sem paginação).

No segundo semestre de 2013 é decretado situação de emergência em face da estiagem, logo depois é caracterizada situação de seca. Fica claramente cristalizado, do ponto de vista climático, um quadro de “seca severa”, e que o impacto dessa seca é complexo e diferenciado, com sérias consequências negativas para a atividade rural do Estado, afetado com prejuízos econômicos e danos para o contingente populacional do município, prejudicando todos os elos da cadeia produtiva da sociedade nas áreas rurais do Estado. Consideraram-se as seguintes questões para decretação de situação de emergência por seca através do Decreto N.º 23.801, de 18 de Setembro de 2013.

De forma diferenciada, a seca de 2013 teve três aspectos: diferenciação no nível espacial e temporal de sua própria incidência, diferenciação no nível das atividades produtivas afetadas e diferenciação no nível da categoria social da população afetada.

O governo estadual disponibilizou 4 carros pipas para atender a população da zona rural de Mossoró, no ano 2013, que conta com 33 comunidades todas em EC por falta de água, foram construídas 287 cisternas, distribuído 1.780 bolsa estiagem atendendo a 607 agricultores.

A governadora do Rio Grande do Norte, decretou “situação de emergência por seca”, em 150 municípios do Estado. O decreto foi publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (19) e tem validade de 180 dias. O Decreto alega 'seca severa' de janeiro de 2012 a setembro de 2013 fica claramente cristalizado do ponto de vista climático um quadro de 'seca severa'. O último decreto de situação de emergência foi publicado no dia 16 de março deste ano e expirou no dia 15 de setembro. “Para a atividade rural do Estado, afetando com prejuízos econômicos e danos para o contingente populacional desses municípios, prejudicando todos os elos da cadeia produtiva da sociedade nas áreas rurais do Estado”. Com o novo decreto, 89% dos 167 municípios do Estado estão inseridos na situação de emergência por causa da seca. Com o

fim do decreto, 28 municípios do estado ficaram sem atendimento da Defesa Civil no abastecimento de água por carros pipas. Os outros 110 municípios em situação de emergência são atendidos pelo Exército que vem mantendo a operação em funcionamento. De acordo com o coordenador da Defesa Civil do Estado, tenente-coronel Josenildo Acioly, o abastecimento nesses 28 municípios deve ser retomado no início de outubro. “Os prefeitos têm que assinar novos contratos e esse trâmite leva algum tempo, mas devemos retomar o abastecimento no início de outubro.”, afirmou⁴ (Portal G1 RN, 2013).

Fica evidente que os números de assistência às 33 comunidades não atende nem metade da população atingida e existem denúncias nos jornais que as empresas que ganharam a licitação para fazer a distribuição da água nos carros pipas não o fazem devidamente. A reportagem do Fantástico⁵ de 01/12/2013 mostrou o descaso com esta questão:

[...] Encontramos tanques imundos, água contaminada e entregas que não chegam nunca. Durante dois meses, o Fantástico investigou denúncias graves, envolvendo programas de distribuição de água em caminhões-pipa. É dinheiro público que deveria atender com dignidade as vítimas da seca. Constatamos que a má qualidade da água não é o único problema. Os prazos de entrega raramente são respeitados. O principal responsável pela distribuição de água no semiárido brasileiro é o Exército, que coordena a "Operação carro-pipa". São 835 cidades, em nove estados, totalizando quase quatro milhões de pessoas. Este ano, o governo federal já gastou mais de meio bilhão de reais nesse programa, que conta com cerca de seis mil "pipeiros", como são chamados os caminhoneiros que distribuem a água. Cada um recebe do Exército um pagamento de até R\$ 15 mil por mês. Números da Polícia Rodoviária Federal revelam: nos últimos dois anos, já foram identificados 70 caminhões-pipa suspeitos de transportar água em tanques que já armazenaram combustíveis. Esses veículos prestavam serviço para o Exército e também para estados e prefeituras. “Você não pode lavar um caminhão e achar que ele está bem. “A água vai estar contaminada e não é adequada para o consumo humano”, explica Pedro Mancuso, engenheiro e professor da Faculdade Saúde Pública/USP. Quem bebe dessa água pode ter diarreia e até câncer. Pode provocar tumores em qualquer órgão do corpo: coração, pulmão, fígado e principalmente, baço, afirma o toxicologista. Entre maio e agosto, houve uma epidemia de diarreia em Alagoas. Foi a única registrada no Brasil nos últimos 10 anos: 131 mortes, e um total de mais de 52 mil casos. Além dos veículos do Exército, as populações de Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e Alagoas também são atendidas por caminhões-pipa mantidos pelos governos estaduais. Juntos, esses programas de distribuição vão consumir mais de R\$ 121 milhões até o fim do ano.

⁴A suspensão da operação da Defesa Civil do Estado aconteceu devido a uma série de problemas com os municípios. "Os contratos venceram em julho. Não poderia continuar do jeito que estavam no semestre anterior. Faltaram documentos e relatórios, e cada município precisava de um comitê de fiscalização", informa tenente-coronel Josenildo Acioly, coordenador estadual do órgão. Portal G1 RN.

⁵<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/12/vitimas-da-seca-recebem-agua-contaminada-em-caminhoes-pipa.html>. A reportagem é de Wilson Araújo, Alan Graça Ferreira e Maurício Ferraz. Denúncias de outros jornais: <http://www.procon.rj.gov.br/index.php/publicacao/detalhar/751>; <http://heldermoura.jornaldaparaiba.com.br/na-paraiba-e-assim-governo-da-calote-em-carros-pipa-e-carente-fica-sem-agua/>; <http://montedo.blogspot.com.br/2013/03/operacao-pipa-justica-militar-condena.html>.

Portanto, o primeiro decreto assinado pela governadora foi em abril de 2012, quando 139 cidades foram colocadas em situação de emergência. O número manteve-se inalterado nos decretos de julho e outubro. Em março de 2013, o número de cidades aumentou para 144 e chegou ao pico de 160, em setembro do mesmo ano.

4. Considerações finais

A análise dos eventos em Mossoró permite concluir que apesar das consequências causadas nos 18 eventos extremos encontrados entre 1983 a 2013, somente obteve dimensão de catástrofe em 1985 por conta das inundações no núcleo urbano, já na zona rural as consequências devastaram comércios, casas, plantas, estradas, pontes, causando inúmeros transtornos à população, inclusive óbitos. De forma, diferenciada percebeu-se a seca tem três aspectos: diferenciação no nível espacial e temporal de sua própria incidência, diferenciação no nível das atividades produtivas afetadas e diferenciação no nível da categoria social da população afetada.

As informações jornalísticas mostraram que durante estes eventos de seca teve-se o desenvolvimento de políticas de curto prazo como: abertura de frentes de trabalho, distribuição de alimentos, alfabetização, capacitação de jovens e adultos, Programa Comunidade Solidária, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a Previdência Social.

A análise histórica das decretações de Situações de Emergência (SE) e de Estado de Calamidade Pública (ECP) de origem climática e hidrológica no últimos 30 anos para o núcleo urbano de Mossoró, tanto para os anos de estiagens como de inundação e a correlação com as configurações atmosféricas e oceânicas, centrando-se na evolução espacial, temporal e na delimitação dos espaços-risco de inundação, contribui para a proposta do planejamento de emergência e de contingência no núcleo de Mossoró.

A emissão da documentação de SE ou de ECP ainda encontra muita burocracia no repasse dos recursos públicos para o socorro das áreas, as principais barreiras são: falhas nos projetos das prefeituras, licitações demoradas e a ausência de licenciamento ambiental e de outorgas.

A população precisa ser incorporada na busca e implementação de medidas e política pública social. É preciso ouvi-los, o que desejam como solução e qual sua disposição em participar e em qual escala. E que no caso das secas a finalidade maior das políticas públicas seja a melhoria da qualidade de vida da população. E para as inundações é necessário que as

políticas de disciplinamento do uso e ocupação do solo urbano sejam obedecidas. A população precisa ser informada com antecedência sobre o que fazer durante a situação extrema.

Existe muita fragilidade nos órgãos gestores frente às ações ligadas ao processo de redução da vulnerabilidade e da ocupação de áreas sujeitas aos eventos extremos. A gestão e o gerenciamento de risco dependem do conhecimento dos vários processos naturais, induzidos ou não, bem como da necessidade de clareza conceitual que venha orientar as atividades de pesquisa e planejamento.

Agradecimento

A CAPES pelo suporte econômico – bolsa de doutorado e bolsa sanduiche no exterior (Processo: 99999.006417/201-00). À Secretaria de Defesa Social - Guarda Civil na pessoa de Irenice de Fátima da Silva, Josenilde Marques, Francisco Alviá Gomes Ferreira Secretário de Segurança pública de Mossoró e ao secretário de limpeza urbana Samuel Jales. Ao senhor Gilmar Bristot meteorologista da EMPARN por ceder os dados de chuva para a pesquisa. Ao professor José Luís Zêzere da Universidade de Lisboa, Investigador do Centro de Estudos Geográficos e Coordenador do núcleo de investigação “Avaliação e Gestão de Perigosidades e Risco Ambiental” (RISKam), por todo o apoio e acompanhamento durante o doutoramento sanduiche. A minha orientadora profa. Dra. Marta Celina Linhares Sales, pela orientação, discussão e estímulo incansável.

5. Referências

ALVES, J. M. B.; CAMPOS, J. N.B.; FERREIRA, F. F.; STUDART, T. M. C. As chuvas de janeiro/2004 no Nordeste do Brasil, suas características atmosféricas e seus impactos nos recursos hídricos da região. In: **Anais...** do V Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste. São Luiz, MA: ABRH, 2004. Disponível em CD-ROM.

AVADAN. **Relatório de Avaliação de Danos (1983-2013)**. Disponível em: <<http://s2id.integracao.gov.br/>>. Acesso em 12 de nov. de 2013.

BRASIL. (2012). Câmara dos Deputados. Legislação Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC. Autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. Legislação informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2012/lei-12608-10-abril-2012-612681-publicacaooriginal-135740-pl.html>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

CASTRO, C. M; PEIXOTO, M. N. O; PIRES, G. A. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 11-30, 2003.

CPTEC. Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos. **Dados sobre el niño e la niña**. Disponível em: < http://www1.cptec.inpe.br/buscasite.shtml#la_nina>. Acesso em: 12 dez. 2014.

JORNAL GAZETA DO OESTE. **Dados de estiagens, secas e inundações 1970-2013**. Hemeroteca do Jornal Gazeta.

IBGE. **Dados populacionais e socioeconômicos 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=240800>> . Acesso em 21 de set.de 2013.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente 1999. **Informativo municipal**: Mossoró, V. 05. p. 1-14. Disponível em <<http://www.idema.rn.gov.br>>.

MONTEIRO, J. B; ROCHA, A. B; ZANELLA, M. E; Técnica dos quantís para caracterização de anos secos e chuvosos (1980-2009): baixo curso do Apodi-Mossoró/RN. **RDG - Revista do Departamento de Geografia - USP**, Volume 23 (2012), p. 232-249.

NOPRED - **Notificação preliminar de desastre**. Disponível em: <http://www.defesacivil.sp.gov.br/v2010/portal_defesacivil/conteudo/documentos/nopred.doc>. Acesso em 20 de dez. 2016

ROCHA, A. B. da. **Proposta metodológica de gestão dos espaços-riscos de inundações urbana em Mossoró-RN, 2015**. 172p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2015.

SOUSA JÚNIOR, M. de A.; LACRUZ, M. S. P. Sensoriamento remoto para seca/estiagem. In: SAUSEN, M. T; LACRUZ, M. S. P (Orgs). **Sensoriamento Remoto para desastres**. Oficina de textos. São Paulo. 2015.

ESTUDO ECOLÓGICO/ECONÔMICO SOBRE O CASTANHAL DA COMUNIDADE DO MACURANY EM PARINTINS/AM

ECOLOGICAL / ECONOMIC STUDY ON THE CASTANHAL OF THE MACURANY COMMUNITY IN PARINTINS/AM

Tattiany Kelen Ferreira Pacheco de Souza¹
Estácio de Sá

José Camilo Ramos de Souza²
Universidade do Estado do Amazonas

Resumo

O presente artigo apresenta um estudo feito na área conhecida por castanhal localizada na comunidade do Macurany, Cidade de Parintins - AM, tendo como objetivo principal: estudar a área do castanhal na perspectiva do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), no sentido de perceber os impactos negativos gerados sobre os moradores da comunidade do Macurany, tanto ambiental quanto economicamente. Os autores Silva (2013) e Carvalho (2012) foram a base para as discussões e argumentações deste trabalho, bem como o Plano Diretor do Município de Parintins (LEI Nº 375/2006) como fonte de informações da cidade. Na metodologia, foram feitas observações *in loco* para a análise prévia do local, seguido de levantamento bibliográfico correspondente a pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade, a escolha dos entrevistados foi baseada no critério das famílias que residiam a mais tempo na comunidade para que assim pudessem melhor entender as mudanças ocorridas. Diante dos resultados obtidos, pôde-se analisar as mudanças percebidas pelos moradores, no meio ecológico e no meio econômico da comunidade, após a derrubada das castanheiras. A partir disso, foi sugerida uma possível solução para a melhor Gestão Territorial na cidade de Parintins, precisamente na comunidade do Macurany.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Zoneamento Ecológico Econômico. Território. Gestão Territorial.

Abstract

This article presents a study made in the area known as castanhal, located at the Macurany community, Parintins city – Amazonas, to serve as perspective to an Economical Ecologic Zoning (ZEE), meaning to perceive the negative impacts – environmental and economical – generated over the residents of the Macurany community. The authors Silva (2013) and Carvalho (2012) were the base to this job's discussions and argumentations, just as the Parintins's Municipal Director Plan (LAW Nº 375/2006) served as source of information about the city. Regarding the methodology, firstly, *in loco* observations were made, to previous analysis of the place, followed by a bibliographic search corresponding to the research. The data collection was done through series of semi structured interviews with the community's residents, the residents picking process was based on the criteria of families that were resident for a bigger period of time so that the changes occurred could be better understood. We could analyze the changes perceived by the residents ecologically and economically by facing the gathered results, after the castanheiras' takedown. From that perspective, it was suggested a possible solution to enhance Parintins's Territorial Management, precisely at Macurany community.

Keywords: Environmental Management. Economical Ecologic Zoning. Territory. Territory Management.

¹ Estudante de Especialização em Legislação, Auditoria e Perícia Ambiental - Estácio de Sá. Tecnóloga em Gestão Ambiental - Universidade do Estado do Amazonas (CESP - UEA). E-mail: tattianypacheco@outlook.com

² Professor Adjunto do Centro de Estudos Superiores de Parintins/CESP-UEA. Coordenador do Projeto Cartografia Ribeirinha: um estudo nas comunidades de várzea do município de Parintins/AM. E-mail: jcramosdesouza@hotmail.com

1. Introdução

Este artigo apresenta um estudo realizado na cidade de Parintins, propriamente na parte sul, onde se encontra uma floresta composta, em sua maioria, por castanheiras (*Bertholletia excelsa*). Aparentemente, a vegetação é resultado de plantio dos primeiros habitantes da cidade, pois mantém no solo artefatos de cerâmica existentes nas proximidades do castanhal, como também, terra preta de índio.

O castanhal pertence à comunidade do Macurany que está ligada a cidade de Parintins por estrada. Parintins está localizada à 369 km da capital Manaus e o acesso à cidade é realizado por meio aéreo e por meio fluvial. Segundo o IBGE (2010) o município possui uma densidade demográfica de 102.033 habitantes e a cidade concentra 69.890 habitantes.

O presente trabalho é um estudo das mudanças percebidas nos aspectos ecológico e econômico na comunidade Macurany após a derrubada de castanheiras. O que se procura entender são os impactos sentidos por quem coletava as conhecidas Castanhas da Amazônia, fruto das castanheiras, e as comercializava. Também procura-se entender as mudanças no sentido ecológico interno, o qual reflete diretamente sobre a cidade de Parintins. Para melhor visualizar, foi estabelecido o objetivo principal que é: Estudar a área do castanhal na perspectiva do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), no sentido de perceber os impactos negativos gerados sobre os moradores da comunidade do Macurany, tanto ambiental quanto economicamente. Como objetivos específicos, que conduziram o levantamento de dados, temos: *Identificar quais as famílias que residem na comunidade do Macurany e que realizavam a coleta; Reconhecer como era realizada a coleta das castanhas; Analisar o quanto essas famílias perderam economicamente com a derrubada das castanhas; Apresentar quais foram as principais perdas ecológicas sentidas pelos moradores da comunidade com a derrubada das castanheiras.*

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas **semiestruturadas** com 15 moradores, representantes de 15 famílias, das 100 famílias que residiam fixamente na comunidade (SILVA, 2013). A escolha dos entrevistados foi baseada no critério das famílias que residiam a mais tempo na comunidade para que assim pudesse melhor entender as mudanças ocorridas. A faixa etária dos entrevistados variou entre 21 até 81 anos, de ambos os sexos. As entrevistas serviram para a análise e alcance do objetivo, elas estavam relacionadas a: percepção do morador quanto as mudanças ambientais ocorridas após a derrubada das castanheiras; a dependência financeira do morador quanto a coleta de castanha; e a perda econômica em consequência da derrubada das castanheiras. Estas entrevistas foram realizadas

no mês de fevereiro de 2016. Os dados obtidos foram analisados, agrupados e argumentados de acordo com a ordem das perguntas.

Este artigo está dividido em quatro partes. A primeira parte refere-se ao tópico “O Ecológico e o Econômico como reflexão ambiental a partir do castanhal na comunidade do Macurany”. A segunda corresponde a “Área de estudo: o castanhal da comunidade do Macurany” que apresenta a área onde foi realizada a pesquisa. Na terceira, fala sobre “Visões Ambientais Locais” trata-se dos resultados da pesquisa. As considerações finais do estudo apresentam possibilidades e possíveis soluções para a Gestão Territorial local.

2. O ecológico e o econômico como reflexão ambiental a partir do castanhal na comunidade do Macurany

O lugar de vida pertence ao sistema e necessita ser compreendido para continuar existindo, tanto ecológica como economicamente. Não compreender o funcionamento de um sistema é destruir a sociedade que dele depende. Esta pequena reflexão inicial pode ser observada no castanhal existente na comunidade do Macurany.

O castanhal como sistema ecológico abre perspectiva econômica quando fornece frutos que podem ser comercializados e, para tanto, necessita ser mantido em pleno funcionamento, caso contrário, o resultado serão perdas tanto ecológicas, quanto econômicas.

Para compreender melhor as relações no meio sócio ecológico e econômico da comunidade do Macurany foram estudadas as percepções das perdas ecológicas dos moradores e a partir daí analisar as transformações percebidas por eles após a derrubada das castanheiras, pois como afirma Marco Júnior e Marco (2000, p. 32):

Quando ocorre uma alteração na estrutura do ambiente, como [...] desmatamento de parte de uma floresta, ocorrem inúmeras alterações do micro-habitat com consequência para as espécies especialistas, quer sejam por mudança na temperatura, grau de umidade, profundidade, regime de correntes e ventos até a exclusão da fonte alimentar e a inexistência de bons criadouros, entre outros.

Essas alterações, que em sua maioria são vistas como negativas para a comunidade, podem nos direcionar a compreensão das inter-relações comunidade, economia e meio ecológico. Sendo assim, primeiramente é necessário conhecer do que se trata a Ecologia. Carvalho (2012, p. 39) afirma que a Ecologia trata-se de uma jovem ciência e:

Seu desenvolvimento como ciência passa por muitos outros nomes e trata de outras questões e conceitos importantes. Mas, de modo geral, ela busca

compreender as inter-relações entre os seres vivos, procurando alcançar níveis cada vez maiores de complexidade na compreensão da vida e de sua organização no planeta.

A partir disso, podemos dizer que trata-se de uma ciência voltada para a procura de respostas que possam levar a compreensão da relação de diversos organismos coexistentes em determinado local. Após entender a ecologia, poderemos também compreender parte das dinâmicas dos processos socioambientais como a economia da comunidade.

A economia de maneira simplificada, pode ser entendida como: “[...] um sistema onde alguns agentes econômicos (chamados de produtores ou firmas) utilizam diversos recursos para a produção de bens e serviços para atender os desejos de consumo de outros agentes econômicos (chamados consumidores)” (SHIROTA, 2002, p. 11).

No caso da comunidade em estudo, a economia tinha por constituinte a comercialização dos frutos das castanheiras no mercado local ou para exportação, ou seja, a coleta das castanhas gerava renda aos extratores. E por ser extrativista, a atividade, além de contribuir economicamente com os moradores, é considerada de baixo impacto ambiental.

Após a derrubada de parte das castanheiras para a construção de um conjunto habitacional, a coleta de castanhas diminuiu substancialmente. Muitos comunitários pararam com a atividade por não haver mais produto suficiente para todos. O desmatamento em questão, trouxe grande perda econômica para os extratores porquê parte da renda financeira era obtida a partir da coleta das castanhas, mas também trouxe perda ecológica para a comunidade.

A partir da análise das perdas ecológicas e econômicas, podemos compreender as relações que estas perdas tinham com a comunidade, numa conexão de sociedade e natureza.

Carvalho (2012, p. 82) afirma que “o mergulho no diálogo entre sociedade e natureza, tomado como uma interação permanente em que as partes se modificam mutuamente, possibilita uma compreensão dinâmica dessa relação”.

Se estudarmos a economia na ciência tradicional, podemos obter diversos resultados que não iria incluir a ecologia conectada como parte do seu constituinte pois “A economia-ciência tradicional, com efeito, não considera quaisquer conexões que possam existir entre o sistema ecológico e as atividades de produzir e consumir que representam o cerne de qualquer sistema econômico (economia-atividade)” (CAVALCANTI, 2010, p. 53).

Sendo assim, os resultados podem mudar quando analisamos separadamente a economia da ecologia, ou seja, os estudos podem ter diferentes resultados quando se opta pela exclusão ou inclusão da ecologia ou da economia. Para que as inter-relações entre sistema ecológico e o sistema econômico pudessem ser estudados em conjunto, optou-se em considerar a Economia

Ecológica – EE como ciência porquê representa uma forma de compreender uma relação ecológica econômica dentro da lógica ambiental. Por esse aspecto, a procura é por entender as perdas da comunidade, levando como pressuposto que a Economia Ecológica se diferencia de outros ramos na ciência, como exemplifica Cavalcanti (2010, p. 63):

[...] a economia convencional exclui a natureza como externalidade do processo econômico; a economia ambiental se preocupa em dar preço à natureza, com a tendência de vê-la como amenidade (uma ideia implícita na noção vulgar do “verde”); e a economia ecológica atribui à natureza a condição de suporte insubstituível de tudo o que a sociedade pode fazer.

A natureza e a sociedade estão intimamente ligadas e não podem mais ser pensadas de forma separada. Além disso, é importante levar em consideração o ecossistema como um todo para que o meio ambiente não seja afetado de forma negativa.

Um ecossistema, mesmo enquanto patrimônio ambiental preservado, nunca é uma bolha autônoma e independente das interações e mediações culturais que desde tempos imemoriais têm atribuído sentidos diversos à natureza. A própria definição de patrimônio natural e as políticas de conservação são parte de um ambiente histórico em que esse ecossistema passa a ser considerado um bem de interesse público (CARVALHO, 2012, p. 82).

Os moradores constituíram forte relação com as castanheiras que faziam parte da vida cotidiana deles e, por isso, essa coexistência acabou por se tornar parte da vivência local, e da cidade de Parintins. Com a derrubada das castanheiras, foi quebrada a relação ecológica sistêmica que podemos considerar como a dispersão, desaparecimento e migração de alguns dos animais e insetos que tinham relação direta com este bioma, consideramos o homem inserido neste meio, pois, direta ou indiretamente também dependia das castanheiras.

3. Área de estudo: o castanhal da comunidade do Macurany

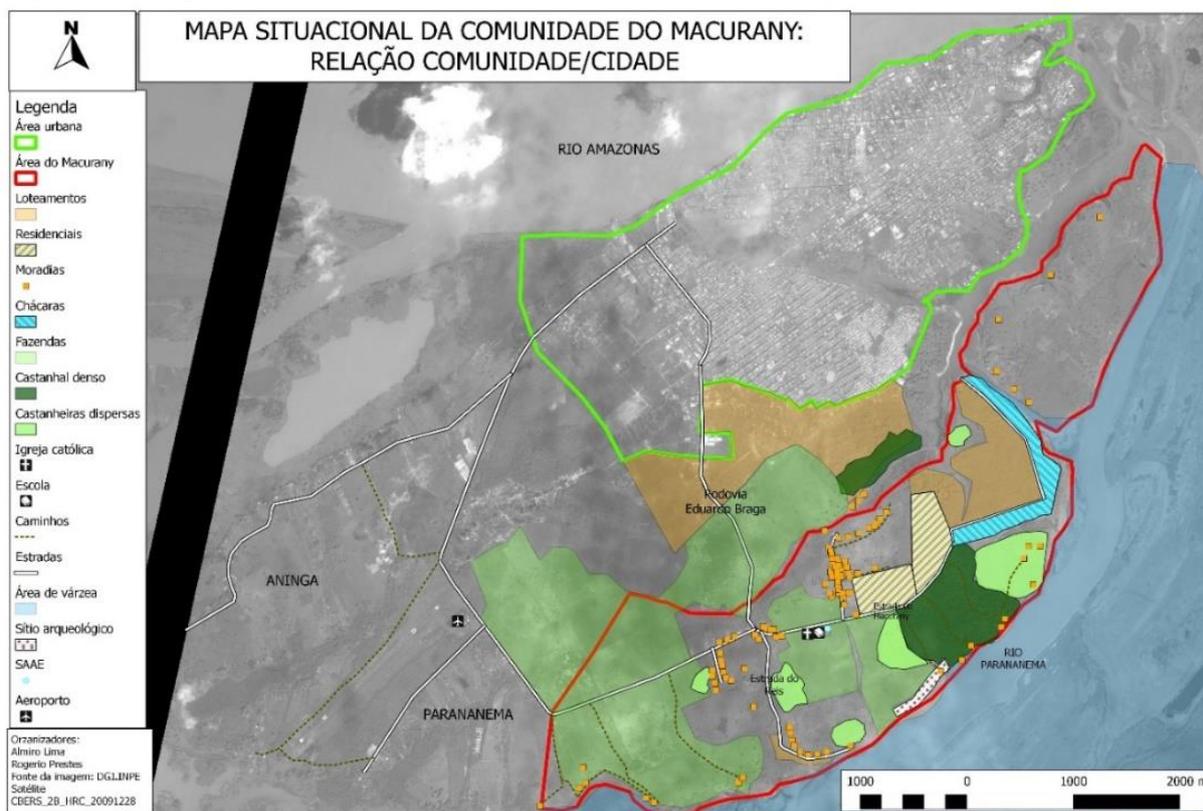
O objeto de estudo deste artigo está localizado na comunidade denominada Macurany, que é o local conhecido por Castanhal, pois comportava predominantemente indivíduos da espécie *Bertholletia excelsa*. Era desta área de onde os moradores da comunidade do Macurany, durante o período de safra, faziam a coleta e comercialização das castanhas, acrescentando assim uma parcela na renda financeira das famílias que ali residem. Parte do castanhal que foi derrubado é atualmente ocupado por dois conjuntos habitacionais que tem por nome Residencial Vila Cristina e Residencial Parintins, ambos pertencentes a empresa NV Construtora.

A comunidade do Macurany não está com uma delimitação formal instituída em lei municipal, então, optou-se em usar a delimitação realizada na comunidade pela Associação de Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica das comunidades: Aninga, Macurany e Paranema (ASASE-3)³; como é afirmado por Silva (2013, p. 09) que diz que:

A comunidade não tem uma delimitação oficial do seu espaço geográfico estabelecida por lei municipal, neste caso, adotaremos aqui a delimitação considerada pela Associação de Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica das Comunidades Aninga, Macurany e Paranema (ASASE-3). Conforme o estatuto desta, a Comunidade do Macurany limita-se ao norte com o igarapé da Cristina e cabeceira do Macurany; ao leste com o lago do Macurany, terras do paraná do Ramos e águas do rio Amazonas na foz do rio Paranema; ao sul com terras do paraná do Ramos e ao oeste com a Comunidade do Paranema, terras conhecidas como Campo Grande e na área de várzea no lugar denominado Arapiranga.

Pode-se verificar a delimitação da área do Macurany, segundo a ASASE-3, na Figura 1.

Figura 1 - Mapa situacional da comunidade do Macurany: Relação Comunidade/Cidade.



Fonte: SILVA, 2013, p. 54.

A comunidade do Macurany, juntamente com as comunidades Aninga e Paranema, estão citadas no Plano Diretor do Município como uma área prioritária para criação de Unidade

³ ASASE-3 é “uma associação que congrega as três comunidades localizadas no entorno da sede do Município de Parintins: Paranema, Macurany e Aninga. Fundada em 01 de setembro de 2001”. (SILVA, 2013, p. 09)

de Conservação com o indicativo da categoria a ser classificada como Área de Preservação Ambiental – APA e sob a denominação de APA do Entorno (LEI MUNICIPAL nº 375/2006, capítulo IV, seção II, subseção I, art.22. II, g.). Mesmo com a indicação para classificação de uma Unidade de Conservação (UC) na área em que está localizado o castanhal, isso não foi um impedimento para a derrubada das castanheiras.

Quando levamos em consideração o Código Florestal Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 parte do castanhal do Macurany, é considerado como uma Área de Preservação Permanente – APP pois está localizado à margem do Rio Parananema, e de acordo com o Código Florestal considera-se área de Preservação-APP:

Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros. (CAPÍTULO II, SEÇÃO I, Art. 4º, I).

As APP, são áreas denominadas de grande importância pelos seus múltiplos benefícios, como enfatiza Andrade e Romero (2005, p. 15):

As áreas verdes urbanas dentro dos limites das APPs são áreas permeáveis que apresentam potenciais capazes de proporcionar um microclima no ambiente urbano em relação a temperatura, a luminosidade, a manutenção de mananciais e outros parâmetros ao bem estar humano, mas além disso desempenha um papel ecológico importante como a estabilidade geomorfológica, a amenização da poluição e a manutenção das espécies nativas e da fauna existente como verdadeiros corredores ecológicos. A cobertura vegetal funciona como suporte para as cadeias tróficas e inúmeras interações entre os organismos vivos.

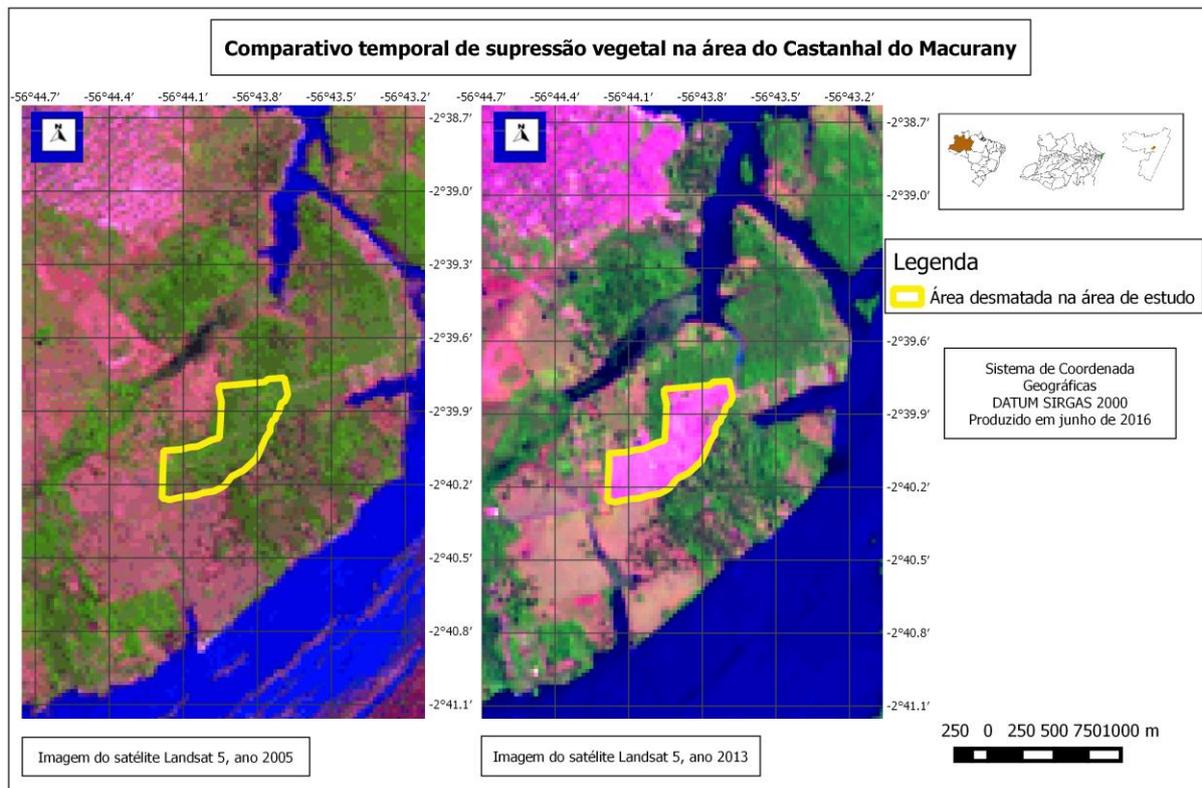
Com o crescimento populacional e a expansão urbana na cidade de Parintins, o que ocorre é a ocupação das áreas que deviam ser devidamente protegidas, como as APP. A ocupação destas áreas traz consigo processos de mudança principalmente na comunidade.

Os processos de mudanças na comunidade do Macurany, é justificado por Silva (2013, p. 9):

Nas últimas duas décadas, o processo de mudanças na Comunidade do Macurany sofreu um aceleramento, afetando aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais. O crescimento da cidade de Parintins tem se revelado o principal fator dessas transformações, provocando impactos na vida dos comunitários, modificando o modo de viver, e na natureza, causando prejuízos à fauna, flora e aos rios, lagos e igarapés.

A supressão das castanheiras que ali estavam, enquadra-se como uma dessas transformações que ocorreram no processo de mudanças na Comunidade do Macurany. A Figura 2, representa um comparativo temporal de supressão vegetal da área onde estavam localizadas as castanheiras, a área em que ocorreu o desmatamento estava dentro da comunidade e próximo a maior concentração de casas, pela proximidade torna mais intensa a atividade de coleta das castanhas.

Figura 2 - Mapa comparativo temporal de supressão vegetal da área do castanhal do Macurany



Fonte: Autores

4. Visões ambientais locais

O documento Inventário de Fauna e Flora – IFF (EMPREENDEMENTOS & LTDA, 2008), elaborado por empresa contratada pela Construtora, indica que havia na área, onde é atualmente o residencial Vila Cristina, a predominância de 81 castanheiras, no entanto alguns

dos moradores mais antigos da comunidade não concordam com esta contagem e estimam que tinha cerca de 120 castanheiras no local.

A coleta de castanhas chegou a ser uma parcela importante na renda das famílias que faziam essa atividade na comunidade do Macurany, porém ela foi interrompida pela derrubada que ocorreu no ano de 2009 para que a área pudesse dar espaço aos conjuntos habitacionais. Isso, ocasionou problemas nos meios ecológico, como a mudança na temperatura, e no meio socioeconômico como a perda da parcela financeira que vinha por parte da coleta das castanhas. De certa maneira, essas perdas impactaram a comunidade direta e indiretamente. Justifica-se assim a importância de se estudar de que maneira essa derrubada afetou a comunidade tanto ecológica como economicamente.

O estudo da percepção das mudanças no meio ecológico e econômico na comunidade do Macurany pode proporcionar aos moradores uma maior compreensão dos danos causados, pela retirada das castanheiras, à comunidade.

A seguir estão os questionamentos, referentes aos resultados das entrevistas realizadas com os moradores coletores de castanha na comunidade.

4.1. Percepção dos moradores quanto as mudanças ambientais ocorridas após a derrubada das castanheiras

Quanto a percepção dos moradores em relação a algum tipo de mudança ambiental após a derrubada das castanheiras, 12 dos entrevistados perceberam algum tipo de mudança. A elevação da temperatura foi a alteração percebida com mais relevância entre os entrevistados.

Na percepção desses moradores a derrubada das castanheiras na comunidade influenciou em sua maioria para que a temperatura do local estivesse mais elevada. Como afirma o morador L.A.P.S.⁴ “O clima ficou muito quente. A época do inverno não teve mais chuva. Secou o rio com a retirada do igapó, isso porque, quem chama a chuva é as plantas, a natureza”⁵. Ainda nesse questionamento, o morador F.S.S. enfatiza que “mudança na quentura, que no verão dava mais ventos, depois que derruba as ramas a quentura fica mais ainda”. A partir dos comentários dos moradores, podemos inferir que, a presença das árvores que ali estavam, faziam uma manutenção da temperatura, como afirma Branco (1997, p. 18):

Na verdade as árvores são importantíssimas para a manutenção do equilíbrio climático. [...] A cor verde das folhas absorve, isto é, retira do ambiente uma enorme quantidade de radiações quente, produzidas pelo Sol. A clorofila

⁴ Por questão de privacidade e ética, será utilizada somente as iniciais do nome dos entrevistados.

⁵ Conservou-se a originalidade da fala do sujeito da pesquisa. Qualquer correção poderia alterar o sentido da fala.

desempenha, assim, uma função de filtro: recolhe as luzes de cor avermelhada, que são quentes, e deixa as de cor esverdeada, que são mais frias. As plantas também são verdadeiras bombas de sucção, a extrair continuamente água do solo para devolve-la ao ar. Essa devolução é feita por transpiração através das folhas, que é um processo de evaporação há consumo de calor e, portanto, resfriamento do ambiente.

Justifica-se assim, o porquê de alguns dos moradores da comunidade do Macurany, perceberem uma elevação na temperatura local. Quando ocorreu a derrubada das castanheiras ocorre também a redução da humidade e por consequência ocorre uma elevação da temperatura, fazendo assim uma mudança nos fatores ecológicos que são:

Fatores que agem diretamente nos seres vivos, limitando seu território, modificando suas taxas de reprodução e, por vezes, fazendo aparecer, no seio de uma espécie, variedades que apresentam exigências ecológicas diferenciadas. Os fatores ecológicos podem ser climáticos, edáficos, bióticos, hídricos etc. (IBGE, 2004, p. 141).

Ainda enfatizando os fatores ecológicos, outra alteração percebida foi quanto a incidência do vento nas casas. A moradora F.S.S. explica que “quando dava aqueles ventos, as castanheiras protegia mais, agora quando teve uma ventania que teve por aqui levou tudo, quebrou tudo, quando tinha as castanheiras protegia mais”. A partir dessa afirmação, podemos constatar que as castanheiras, antes de serem cortadas, serviam como proteção para as casas da comunidade. As árvores funcionavam como um desvio da força do vento que agora, incide diretamente sobre as residências. Como é justificado por Branco (1997, p. 18) “A existência de vegetação altera o regime de ventos: torna-os mais brandos, mais frescos e menos carregados de poeira”.

Ainda respondendo ao primeiro questionamento, os moradores perceberam o desaparecimento e diminuição de alguns animais silvestres que, habitualmente, eram vistos na comunidade. Como afirma o morador A.R.P.S. “na Área de Preservação existiam mais árvores, também havia mais pássaros que podíamos ver de grande quantidade”. Essa mudança quanto à biodiversidade com a redução da fauna silvestre, justifica-se quando tomamos como justificativa que o local do castanhal era considerado uma área em que alguns animais poderiam ali ter suas necessidades básicas como alimento e moradia uma vez que “Se suas necessidades básicas forem atendidas, as populações se desenvolvem; se não, desaparecem ou ficam reduzidas a um número cada vez menor” (ALMEIDA, 1979).

Outra percepção ambiental, de mudança negativa para comunidade, foi quanto à disposição incorreta dos resíduos por parte dos novos moradores que ocupam o Residencial, o que pode ser observado no discurso da moradora, J.M.P.S. “[...] aqui pro nosso quintal jogam

lixo, eles jogam mesmo ali na beirada”. Essa maneira incorreta de dispor os resíduos, acarreta impactos negativos ao meio ambiente da comunidade, principalmente quanto a saúde dos moradores haja visto que estes resíduos atraem a proliferação de vetores de doenças, como explica Jr Philippi (2005, p. 64):

[...] o apodrecimento de material de origem biológica pode gerar a proliferação de moscas e outros artrópodes como baratas, aranhas e escorpiões, compondo uma cadeia alimentar. Recipientes de produtos químicos podem contaminar o meio, e quando o traço do princípio ativo atinge o lençol, mananciais e águas correntes ou represadas torna-se uma contaminação grave.

Apesar de a maioria dos moradores perceber modificações no local, alguns afirmaram não observar qualquer mudança no que se refere o objeto do trabalho. No entanto, foram unânimes em dizer que só notaram mudanças quanto à segurança dos moradores da comunidade com a vinda dos novos moradores do conjunto habitacional.

Neste primeiro questionamento, nota-se que a maioria dos moradores perceberam mudanças ambientais e deram ênfase quanto as mudanças na temperatura local, que tem se notado cada vez mais intensivo e que se configura como impacto negativo no meio sócio ambiental da comunidade do Macurany.

4.2. A dependência financeira da coleta de castanha na comunidade e a influência no modo de vida dos moradores quanto a derrubada das castanheiras

Quanto a dependência financeira, 14 dos entrevistados, afirmaram que financeiramente dependiam da coleta de castanha enfatizando que não era uma renda fixa pois as coletas variavam por período de safra. Entretanto, quando faziam a coleta, obtinham um complemento na renda familiar.

A importância da castanha na economia da comunidade dá-se na dependência financeira dos moradores coletores de castanhas. Essa dependência tem relação direta com a influência no modo de vida das famílias coletoras, pois era a partir da comercialização deste produto que a renda financeira das famílias tinha uma complementação. Dessa maneira, com a derrubada das castanheiras, perdeu-se parte da renda financeira que antes era arrecadado com a coleta de castanha e agora está minimizada em decorrência das poucas que ainda estão de pé.

Sendo assim, a mudança econômica, da renda familiar foi diretamente atingida, pois em parte era constituída pelo dinheiro arrecadado com o beneficiamento da coleta de castanha.

Como explica a moradora J.M.P.S. “quando era o tempo de castanha a gente ia pra lá juntava e dava pra ganhar uma ponta”.

A renda obtida com a comercialização das castanhas influenciava diretamente na economia da comunidade pois, a maioria das famílias tinham como principal fonte de renda, a agricultura, a pesca e a extração de castanhas. Ou seja, a comercialização do produto não gerava recursos o suficiente para a sobrevivência das famílias, mas todos os comunitários eram beneficiados com renda proveniente da venda de castanha.

Para alguns comunitários, a vinda do conjunto habitacional influenciou positivamente, com a justificativa de que oportunidades de trabalho apareceriam a partir de demandas da população do conjunto habitacional. E apenas 2 entrevistados, afirmaram que a coleta de castanha não lhes beneficiava financeiramente, pois estes obtinham outro meio de recurso financeiro como a aposentadoria. Inclui-se nesta porcentagem os que coletavam somente para consumo familiar.

4.3. Como era feita a coleta, a medida e quantas latas era coletado

Todos os entrevistados discorreram sobre como era realizada a coleta das castanhas, que era de maneira parecida e no mesmo período. A coleta era realizada em período de safra que é o período em que os moradores fazem a coleta dos frutos que estavam na copa da árvore e caíram maduros no chão (figura 3). Esse período, segundo os moradores, varia entre os meses de dezembro a junho.

A coleta dos ouriços debaixo das árvores era realizada de maneira manual. Em seguida os ouriços eram ensacados para o transporte até a residência das famílias. Nas residências em que os moradores praticavam a coleta de castanha, havia um local designado para armazenar os ouriços coletados (figura 4). Após a coleta os moradores quebravam os ouriços (figuras 5 e 6) para fazer a retirada das castanhas (figura 7). A partir daí eram transportadas para as latas que servia de medida para a comercialização. Essas “latas”, geralmente, são baldes de plásticos que comportam em média 18 litros.

Alguns moradores explicaram que faziam imediatamente a venda das castanhas, enquanto outros estocavam os ouriços por mais tempo para que quando a oferta fosse menor eles pudessem valorizar e dar um preço mais elevado aos frutos, podendo assim obter uma renda mais elevada em comparação aos que vendiam logo seus produtos, como explica o morador A.A.S. “a gente ia juntava né, amontoava chegava no final da safra vendia, particularmente eu fazia assim, juntava que no finalzinho o preço tava melhor um pouco”.

Figura 3 - Castanheiras



Fonte: Souza, 2016.

Figura 4 - Ouriços de baixo de castanheiras



Fonte: Souza, 2016.

Figura 5 - Local de armazenar os ouriços



Fonte: Souza, 2016.

Figura 6 – Ouriço quebrado



Fonte: Souza, 2016.

Figura 7 - Castanhas



Fonte: Souza, 2016.

4.4. A perda econômica

Quanto a perda econômica, das famílias que realizavam e ainda realizam a coleta das castanhas, o percentual estimado de perdas quanto ao número de latas foi de 84%. Para se chegar a essa porcentagem, somou-se o total de latas que todos os moradores entrevistados conseguiam coletar antes da derrubada (975 latas) e subtraiu-se o total de latas que eles conseguem juntar atualmente (156 latas).

Nessa porcentagem incluem-se os moradores que coletavam para a venda e para o consumo próprio, mas existem também aqueles que pararam de vez com a atividade da coleta das castanhas para a comercialização pois foi esta atividade que foi interrompida com a derrubada, como afirma o morador A.G.L. “parei de coletar porque eles começaram a cortar, e cortaram né e aí já não teve mais como a gente ajuntar”.

Havia também, os moradores que só faziam a coleta para subsistência, sem fazer a comercialização e que também perderam nas coletas. Muitos não continuaram mais na prática de coletar, pois tornou-se impossível a coleta com um número irrisório de castanheiras. Para estes moradores, que pararam de realizar a coleta, a perda foi de 100% como afirma o morador A.A.S. que perdeu tudo do valor arrecadado com a venda das castanhas, pois parou com a coleta após a derrubada, segundo ele, não tem mais vantagem em juntar pois as árvores ficaram mais escassas.

A perda na coleta de castanhas, traz como consequência perda também quanto aos valores arrecadados com a venda desse produto, o que representa uma perda econômica para as famílias que faziam a coleta e conseqüentemente impactou negativamente a comunidade do Macurany.

3.5. Os benefícios das castanheiras que ainda não foram derrubadas

Quando questionados se as castanheiras ainda existentes, trazem algum benefício quanto ao meio ecológico para os entrevistados, todos responderam que sim.

Existem inúmeros benefícios dos serviços ecológicos realizados pelas castanheiras que ainda estão de pé. E segundo o Centro Ambiental da Terra (2016):

Os benefícios destes serviços podem atingir escalas locais, regionais ou globais e incluir as gerações futuras. Uma floresta por exemplo, pode fornecer aos habitantes locais madeira, lenha, frutos e fibra, à população da região pode fornecer benefícios evitando deslizamentos, filtrando a água, regulando o microclima e oferecendo espaço de lazer, a nível global pode fixar carbono e manter a biodiversidade de espécie e produtos.

A ajuda da manutenção da temperatura, é visto pelos moradores como maior benefício do castanhal ainda existente na comunidade, o que é cientificamente comprovado que as árvores proporcionam um equilíbrio no microclima local e trazem benefícios inúmeros para que o ar esteja em boas condições para a saúde humana.

A manutenção de algumas espécies de animais, também foi dita pelos moradores como um dos benefícios das castanheiras, visto que, uma árvore serve de habitação para inúmeros espécies de animais que podem ter suas necessidades supridas neste local e posteriormente farão também a dispersão destas espécies, mantendo assim um processo ecológico natural.

5. Considerações finais

O trabalho, permitiu conhecer os impactos negativos percebidos pelos moradores coletores de castanha na comunidade do Macurany, nos meios ecológico e econômico após a derrubada das castanheiras. Ficou evidente que esta área era considerada pelos moradores como um importante meio de recursos naturais e financeiros. Mas que essa importância não foi levada em consideração quando houve a aprovação e implementação do projeto do conjunto habitacional. O aumento da temperatura nos últimos anos e a queda na economia advinda da venda das castanhas foram as principais mudanças percebidas pelos entrevistados que representaram os coletores.

De extrema importância para a Gestão Territorial Municipal, propõe-se que haja a efetiva implementação do Plano Diretor Municipal e que suas diretrizes sejam efetivamente respeitadas, como por exemplo uma criação em Lei da Unidade de Conservação que foi proposta pelo Plano Diretor Municipal.

O planejamento ambiental torna-se indispensável tanto para um equilíbrio dos sistemas, quanto para o bom desenvolvimento local. Um instrumento de Gestão Ambiental que possa ser utilizado como base de uma localização para que um empreendimento possa ser construído de forma a ser ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, pode-se propor para a cidade de Parintins a realização de um Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), justificando que ele traz consigo benefícios que poderiam preceder o sucesso de um empreendimento seguindo as legislações vigentes, trazendo consigo benefícios para o local, respeitando também o meio ambiente e ecossistema local.

Lembrando sempre que o Zoneamento por si só não irá resolver os problemas sócio ambientais, mas poderá proporcionar um melhor aproveitamento das zonas sendo que, as

principais características dele é dividir um território em zonas, a aproximação com a realidade e a opinião da comunidade e de profissionais de diversas áreas, pois a sua elaboração tem o envolvimento da sociedade local podendo assim ser elaborado para que possa servir de base para diversas decisões políticas que podem interferir diretamente no meio ecológico e consequentemente no econômico.

6. Referências

ALMEIDA, Alvaro Fernando de. **Florestas implantadas e a fauna silvestre**. Circular técnica n° 49 Maio, 1979 PBP/1.12.18. Disponível em:

<http://www.ipef.br/PUBLICACOES/ctecnica/nr049.pdf>. Acesso em: 01 Jun. 2016.

ANDRADE Liza Maria Souza de; ROMERO, Marta Adriana Bustos. A importância das áreas ambientalmente protegidas nas cidades. In: **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR**. v. 11 (2005). Salvador – Bahia - Brasil. Disponível em: <

<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2751>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecologia na Cidade**. 18. ed. São Paulo: Moderna, 1997. 56p. (Desafios) ISBN 85-16-00554-2.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. **Novo Código Florestal Brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 01 Jun. 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 256p.

CAVALCANTI, Clóvis. **Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental**. *Estud. av.* [online]. 2010, vol.24, n.68, pp.53-67. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100007>>. Acesso em: 20 Mai. 2016.

CENTRO AMBIENTAL DA TERRA. **Serviços Ecológicos**. Disponível em:

<http://www.ambientaldaterra.com.br/paisagismo-ecologico/>. Acesso em: 05 Jun. 2016.

EMPREENDIMENTOS & LTDA. **Rio Apoquitáua. Inventário de fauna e flora** - IFF. Parintins, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Censo Demográfico 2010**: sinopse. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=130340&idtema=1&search=amazonas|parintins|censo-demografico-2010:-sinopse->>> . Acesso em: 29 Mai 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2° ed. 2004. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>> . Acesso em: 12 nov. 2015.

Jr. PHILIPPI, Arlindo. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri, São Paulo. Ed. Manole, 2005. (Coleção Ambiental; 2). Disponível em:

<<http://uea.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520421888/pages/65>>. Acesso em: 29 Mai. 2016.

MARCO JÚNIOR, Paulo de; MARCO, Tânia Santos de. **O Meio Ambiente**. Brasília/Viçosa: ABEAS/UFV, 2000. 43 p. (Curso de Especialização por Tutoria à Distância – Módulo 3)

PARINTINS. Lei Municipal 375/2006. **Plano Diretor do Município de Parintins**. Disponível em: <http://www.camaraparintins.am.gov.br/documentos/leis_01/4050.pdf> . Acesso em: 25 de dez. 2016.

SHIROTA, Ricardo. Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior. **Uso Racional e Sustentável dos Recursos Naturais**. Piracicaba, São Paulo. ABEAS; Viçosa: UFV. 2002. 40p. il. (ABEAS. Curso Uso Racional dos Recursos Naturais e seus Reflexos no Meio Ambiente. Módulo, 9)

SILVA, Almiro Lima da. **História da comunidade do macurany**: As problemáticas sociais decorrentes do crescimento da cidade de Parintins. Parintins, 2013. Resultado das exigências e pesquisa do PAIC/ FAPEAM.

AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO ALAGOANO

FAMILY AGRICULTURE AND FOOD SAFETY IN ALAGOAN SEMI-ARID QUILOMBOLAS COMMUNITIES

Wilma Amâncio da Silva¹

Universidade do Estado da Bahia

Feliciano de Mira²

Universidade do Estado da Bahia

Resumo

A inovação atual da Agricultura familiar estabeleceu-se na sua relevância para proporcionar a soberania alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como estratégias de saúde pública, instituições de políticas públicas, aumentando os rendimentos agrícolas e correspondendo com as necessidades mundiais de acesso ao alimento e à melhor nutrição, promovendo também a sustentabilidade ambiental. O objetivo desse estudo é investigar as bases teóricas da agricultura familiar relacionada à segurança alimentar, visto que os problemas de acesso ao direito à alimentação estão presentes em comunidades quilombolas de todo o país ao longo de sua história. A metodologia proposta está pautada na revisão de literatura realizada desde abril de 2015. Assim, a agricultura familiar no Brasil está em processo de evolução, cujas raízes são intimamente ligadas à produção camponesa tradicional com capacidade de fornecer adaptações às novas exigências da sociedade, mas a agricultura moderna ainda não rompeu permanentemente com as formas de produção de outrora (ALTAFIN, 2005). Entretanto, em relação a SAN, é evidente que os problemas de acesso aos alimentos destacavam-se como insuficiência de renda e desigualdade social. Mas a agricultura familiar contribui consideravelmente com a sobrevivência de muitas famílias do Semiárido de Alagoas.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Segurança Alimentar. Quilombos.

Abstract

The current innovation of family agriculture has established itself in its relevance to providing food sovereignty and food and nutritional security, such as public health strategies, public policy institutions, increasing agricultural incomes and meeting global needs for food access and food security. Better nutrition, while promoting environmental sustainability. The objective of this study is to investigate the theoretical bases of family agriculture related to food security, since the problems of access to the right to food are present in quilombola communities throughout the country throughout its history. The proposed methodology is based on the literature review conducted since April 2015. Thus, family farming in Brazil is in the process of evolution, whose roots are closely linked to traditional peasant production with the capacity to adapt to the new demands of society, but the Modern agriculture has not yet permanently broken with the forms of production of yesteryear (ALTAFIN, 2005). However, in relation to food and nutritional security, it is clear that the problems of access to food stood out as insufficient income and social inequality. But family farming contributes considerably to the survival of many families in the semi-arid region of Alagoas.

Keywords: Family farming. Food Safety. Quilombos.

¹ Mestranda Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - UNEB/PPGEcoH. E-mail: mmima13@hotmail.com

² Professor do Departamento de Educação, Campus VIII, Paulo Afonso-UNEB.

E-mail: felicianomira@hotmail.com

1. Introdução

A agricultura familiar apresenta grande importância no Brasil na produção de alimentos, mas nem todos os agricultores acompanham as transformações do mercado, nem conseguem produzir. Porém o desenvolvimento da agricultura familiar continua contribuindo para a segurança alimentar e nutricional dos povos tradicionais, os alimentos produzidos são fontes de renda para diversos agricultores familiares. O principal desafio é diminuir as desigualdades sociais, a exclusão social e a necessidade de políticas públicas.

Nessa perspectiva, as dificuldades em relação aos modos de produção, bem como o acesso ao alimento apresentadas nas comunidades remanescentes quilombolas dos municípios de Pariconha e Água Branca – AL localizados no semiárido, representaram os motivos que direcionaram a investigação acerca da Agricultura familiar e da Segurança alimentar e nutricional, visto que os modos de subsistência, de cooperação no seio da sua cultura, seu modo de vida, além de sua manutenção são essencialmente significativas dentro das comunidades supracitadas. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas destinadas à segurança alimentar e nutricional faz parte da realidade dessas comunidades quilombolas, as quais vivem em condições desfavoráveis com escassez de recursos financeiros para investir na produtividade.

Porém, as condições climáticas também não favorecem o desenvolvimento da produção agrícola, segundo expressaram esses quilombolas que esperam por chuva para plantar. Conforme Drumond et al. (2000), na região Nordeste os problemas voltados à estrutura da sustentabilidade dos sistemas de produção, juntamente com o clima, a partir do qual a seca é um dos seus efeitos negativos, pode levar à deterioração do solo, da água, diminuindo a biodiversidade de espécies e até iniciar um processo de desertificação.

Contudo, a agricultura familiar integra-se ao mundo rural, porém na realidade atual é perceptível uma diminuição em relação à sua importância quando se trata de geração de emprego e ocupação. A agricultura vem passando por transformações estruturais como, por exemplo, a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, onde membros das unidades familiares estão se envolvendo com atividades não agrícolas dentro e fora da propriedade (SCHNEIDER, 2003).

A categoria agricultura familiar emerge como um modelo de agricultura e identidade política de grupos de agricultores, destacando-se por sua importância política crescente, a saber: com a formação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura familiar (FETRAF) e na organização peculiar de agricultores familiares, com a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e na instituição da Lei da Agricultura,

a reversão de valores negativos a partir da luta simbólica do sindicalismo, percebendo o agricultor como sujeito político (PICOLOTTO, 2014).

Segundo Wanderley (2003), a agricultura familiar tem como ator social o agricultor familiar, construtor de um projeto de sociedade, o Estado não intervém exclusivamente nesse processo, porém é essencial considerar a capacidade de resistência e de adaptação desses agricultores às novas conjunturas econômicas e sociais. Uma breve reflexão da autora expõe que a agricultura familiar não reproduz o modelo clássico da empresa capitalista, mas o modelo familiar, originada na tradição camponesa, na qual a família permanece como o objetivo primordial de definição das estratégias de produção e de reprodução, sendo assim, a instância imediata de decisão.

Várias pesquisas foram surgindo em torno da agricultura familiar que contribuíram para a sua afirmação e reconhecimento no âmbito acadêmico, bem como é notável a sua legitimação social, política, apresentados também em alguns argumentos que sustentam a necessidade de se caracterizar os agricultores familiares como camponeses, resultando às vezes, em termos como agricultura familiar camponesa, opondo-se a perspectiva da mesma forma em que se discute sobre as relações da agricultura familiar como agronegócio, o que geralmente resulta no uso de terminologias como agronegócio familiar em contraposição ao agronegócio empresarial ou patronal (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Entretanto, a agricultura familiar atualmente não perdeu suas raízes camponesas, consiste em empreendimentos da economia na qual a família organiza as estruturas, mas não se pode defini-la como camponesa porque a reprodução social e econômica não se restringe a pequena comunidade rural, o povoado, influências externas exercem certo poder sobre essa atividade, mesmo sendo vulnerável e apresentar pobreza e privação de renda e garantia dos direitos (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

A inovação atual da Agricultura familiar estabeleceu-se na sua relevância para proporcionar a soberania alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional, como estratégias de saúde pública, instituições de políticas públicas, aumentando os rendimentos agrícolas e correspondendo com as necessidades mundiais de acesso ao alimento e à melhor nutrição, promovendo também a sustentabilidade ambiental.

Nessa perspectiva, a alimentação representa para as comunidades tradicionais a comunhão entre o Homem e a natureza, envolvida de características culturais particulares de acordo com cada grupo humano. Especialmente, depende da capacidade de acesso aos alimentos. Por ser um direito humano, essencial à vida, à cidadania, deve estar garantida a todos.

Para compreender melhor a questão da alimentação, destacam-se os hábitos alimentares locais, constituído desde a infância, ligados a uma série de fatores: valores culturais, afetivos até de ordem econômica (SANTOS, 2008).

Portanto, o acesso à alimentação tem sido uma preocupação mundial, o direito humano à alimentação adequada é muito discutido, fazendo parte dos direitos fundamentais da humanidade, sobre o qual se estabeleceu diversos Tratados, Pactos, Declarações e Acordos internacionais, para garantir o direito dos indivíduos à alimentação, os principais documentos necessários à contribuição desse direito são a Declaração Universal dos Direitos Humanos, O PIDESC (Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), o Comentário Geral nº 12, bem como as Diretrizes Voluntárias para o DHAA (NASCIMENTO et al., 2009).

O objetivo desse estudo é investigar as bases teóricas da agricultura familiar relacionadas à segurança alimentar, visto que os problemas relacionados ao acesso ao direito à alimentação estão presentes em comunidades quilombolas de todo o país ao longo de sua história, principalmente no semiárido de Alagoas, no qual as políticas públicas destinadas ao fortalecimento da Agricultura familiar são quase inexistentes, não oportunizam a produção de alimentos para o consumo próprio, bem como para geração de renda familiar, assim, prejudicando a segurança alimentar e nutricional desses povos.

2. Metodologias

A coleta de dados realizou-se a partir do levantamento teórico, com bibliografias especializadas, livros, revistas, artigos, reportagens e informações de website sobre agricultura familiar, segurança alimentar e questões quilombolas. Esse referencial teórico desenvolveu-se na construção da dissertação para a conclusão do Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental que está se construindo desde o mês de abril de 2015 e vem se consolidando com observações e pesquisas de campo em comunidades quilombolas do semiárido de Alagoas, especificamente dos municípios de Pariconha e Água Branca.

Utilizou-se a revisão de literatura que se desenvolveu a partir de leituras sobre o tema, fichamento e análises. Ela circunscreve-se em torno do problema e da pergunta de partida que nortearam as hipóteses e variáveis que serão interpretadas ao longo da pesquisa. Para Moreira e Caleffe (2008, p. 27) a revisão de literatura auxilia no enfoque mais direto do problema de pesquisa, a partir dela é possível identificar as tendências essenciais de pesquisa de acordo com a área de interesse, bem como os conceitos utilizados, além disso, contribui com a

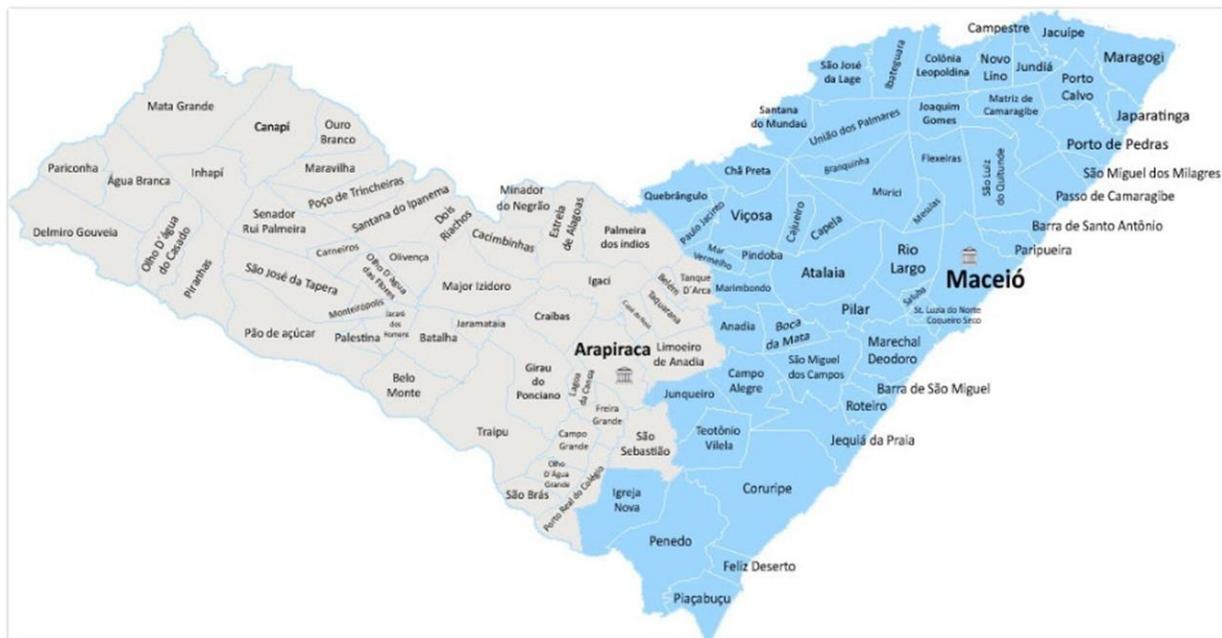
contextualização e o modelo teórico do problema. A abordagem dessa pesquisa é qualitativa, segundo Moresi (2003) a pesquisa qualitativa interpreta e atribui significado aos fenômenos.

2.1 Área de estudo

O Semiárido Brasileiro corresponde a 18,2% do território nacional (982.566 km²) abrangendo mais de 20% dos municípios brasileiros (1.135). A maior parte do semiárido está no Nordeste (ASA, 2016). O semiárido brasileiro possui mais de 23,5 milhões de habitantes (IBGE, 2014).

O Semiárido Alagoano localiza-se a Oeste do estado de Alagoas, sendo que 38 municípios fazem parte da região semiárida, correspondendo a 37,25% do território, na microrregião do Sertão de Alagoas e Agreste alagoano (SILVA et al., 2016).

Figura 1 – Mapa do Estado de Alagoas



Fonte: <http://al-agora.blogspot.com.br/2012/01/mapa-do-estado-de-alagoas.html>

O Estado de Alagoas situa-se na porção centro-oriental do Nordeste/ Brasil. Ocupa uma área de 27.848,003km², capital Maceió. O Estado é composto por 102 municípios, a estimativa da população em 2015 é de 3.340.932 habitantes e a densidade demográfica é de 112,33 hab/km². Limita-se com Pernambuco (N e NO), Sergipe (S), Bahia (SO) e o Oceano Atlântico (L).

3. Conceitos de agricultura familiar

A agricultura ao longo da história da humanidade se destacou como atividade essencial à subsistência, surge como estratégia de domínio sobre a natureza, facilitando a sobrevivência. Seu significado mais sutil: “Cultura dos campos” traz uma compreensão mais acessível, ela provém do latim *ager* que significa campo, território e cultura – que se refere ao cultivo, necessariamente cultivo do solo. Atualmente, entre o meio acadêmico, político e social o termo agricultura é retratado com novas significações.

A agricultura familiar é aquela que a propriedade, bem como a maior parte do trabalho é gerida por indivíduos que provém dos mesmos laços de sangue ou de casamento. Que não seja esta a única definição e muitas vezes tampouco operacional. Esta compreensão é perfeita, pois os variados setores sociais, suas representações constroem categorias necessárias às determinadas finalidades práticas: definir a agricultura familiar, objetivando a atribuição de créditos, pode não ser da mesma que tem a finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que a gestão, propriedade e trabalho familiar são atributos básicos que estão presentes em todas as categorias (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

É imprescindível perceber que o papel da família nesse processo é muito importante, além de evidenciar os conhecimentos transmitidos de geração em geração, retrata os anseios da família por condições mais dignas e igualitárias no campo, visto que o gerenciamento, bem como a sua participação na construção histórica, esteve sempre presente na constituição humana e merece um grande destaque. Na visão de Mira (2014, p. 4) a família exerce essencial importância:

A família é um dos factores mais decisivos na formação dos indivíduos funciona como meio de controle e equilíbrio social, forma de integração e transmissão de valores e saberes ancestrais, através dos seus membros, assim como mecanismos reguladores de condutas e apaziguamento social. A família molda atitude e conceitos, condicionando e potenciando horizontes. O tipo de organização familiar não só reflete as crenças e os valores tradicionais existentes no espaço geográfico residencial, como influencia a organização das próprias atividades económicas.

Assim, o conceito de agricultura familiar no Brasil está em processo de evolução, cujas raízes são intimamente ligadas à produção camponesa tradicional com capacidade de fornecer adaptações às novas exigências da sociedade, mas a agricultura moderna ainda não rompeu permanentemente com as formas de produção de outrora (ALTAFIN, 2005).

Encontram-se diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar entre o meio acadêmico, o qual se mostra mais analítico e com termo menos operacional. Na literatura há

contribuições para a agricultura familiar com variadas vertentes, porém destacam-se duas: A moderna agricultura familiar, nova categoria gerada no interior das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas.

A outra defende um conceito em evolução com origens históricas significativas. Contudo, a agricultura familiar num conceito genérico, incorpora múltiplas situações peculiares, sendo o campeonato, uma dessas formas específicas, considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno inserido ao mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999, p. 52).

Entretanto, a agricultura familiar não pode ser explicada a partir da herança histórica camponesa, mas em alguns casos existentes, o Estado foi essencial na construção do modelo da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais; portanto não se deve caracterizá-la como camponesa, pois está grandemente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais. “A própria racionalidade de organização familiar não depende... da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve” (ABRAMOVAY, 1992, p. 23).

Martins (2001) apresenta o seguinte conceito de que a Agricultura Familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo cerne relaciona-se diretamente com a terra e com a produção agrícola. Aqueles que se contrapõem a utilização da concepção de agricultura familiar apresentam suas imprecisões. De qualquer maneira as ciências sociais no Brasil, há mais de meio século, principalmente a antropologia, questionam a suposição de uma população do campo restrita aos limites do rural.

A imagem estereotipada da agricultura familiar caracterizada como um setor atrasado, de acordo com o ponto de vista econômico, tecnológico e social, relacionado à produção de produtos alimentares básicos e com uma lógica de produção de subsistência, não corresponde com a realidade, segundo Lamarche (1993, p. 24).

Nesse contexto, Abromovay (1992, p. 19) diz que a exploração da agricultura familiar deve ser analisada em seu conjunto, considerando variadas entidades que a estruturam. Entender o funcionamento da agricultura significa evidenciar as diferentes lógicas em função das quais o agricultor delimita suas escolhas fundamentais.

A Organização das Nações Unidas para a alimentação e Agricultura – FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA realizaram um estudo no qual possibilitou a construção do conceito de agricultura familiar, fundamentado em algumas características principais, destacando que a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados são ações desenvolvidas por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; a maior parte do trabalho é fornecido de forma igual através dos membros da família; a propriedade dos meios de produção (não só da terra) é de domínio da família e se realiza em seu interior a transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996).

Solvodi e Cunha, (2010, p. 25) apresentam o conceito de agricultura familiar não como um trabalho familiar, mas indica que ela tem aspectos diferentes da maior parte das formas sociais de produção familiar, principalmente por ter na família a essência como estrutura indispensável de organização da reprodução social, através da formulação de estratégias (conceitos ou não) familiares e individuais que levam diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural.

Em relação ao ponto de vista teórico, é notável a dificuldade em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar difundida no Brasil, principalmente a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor que considera as especificidades básicas para ser agricultor familiar foram estabelecidas na qual a propriedade precisa ter quatro módulos fiscais, que a mão de obra seja familiar e base da sustentação de renda familiar (EMBRAPA, 2014). Silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores e quilombolas, que se enquadram nesses critérios, também são considerados agricultores familiares (MDA, 2015). Diversas opiniões são expressas acerca dessa categoria, alguns autores conceituam agricultura familiar de forma operacional adotada pelo PRONAF para difundi-la, onde estabelece uma tipologia de beneficiário em relação à sua capacidade de atendimento.

Entretanto, outro conceito de agricultura familiar refere-se a uma determinada camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, em contrapartida aos “pequenos produtores” que são incapazes de ter acesso às modificações. Os agricultores que têm mais condições são chamados de “consolidados” ou “os que se consolidam em pouco espaço de tempo”. O agricultor familiar é resultado da atuação do Estado, bem como o ator social da agricultura moderna (BRASIL, 1996; WANDERLEY, 2004).

O debate acadêmico esclareceu acerca do lugar que a agricultura familiar ocupa no desenvolvimento dos países capitalistas avançados, superando as precariedades. As ações do Estado contribuíram para definir oficialmente a categoria da agricultura familiar e sua política públicas, outra importante contribuição se refere ao sindicalismo dos trabalhadores rurais identificando-se com a agricultura familiar e aos movimentos sociais do campo que deram um novo lugar à agricultura familiar no país (PICOLOTTO, 2014).

O conceito básico da agricultura consiste em relacionar a família cuidando de sua propriedade, da produção, porém o MDS (2013) apresenta um conceito mais complexo, no qual a agricultura familiar é uma forma de produção, prevalecendo a interação entre gestão e trabalho, processo produtivo, diversificado e no momento da colheita torna-se assalariado.

O desenvolvimento das forças constituiu um novo caráter para a agricultura familiar e o meio rural com a modernização e integração socioeconômica presentes nas atividades desenvolvidas, mas a imposição desse patamar não está implantada numa forma social de produção única e homogeneizada que o modelo empresarial e industrial representa. Mas o significado da agricultura atualmente neste novo contexto de integração é uma forma social de produção que se destaca no contexto econômico e social do Brasil (WANDERLEY, 2003).

Portanto, não existe um a conceito universal sobre agricultura familiar, em diversos países o conceito tem características amplas correspondentes com a dimensão da propriedade, de acordo com os diferentes níveis de renda e de produção.

4. A segurança alimentar e nutricional

A problemática da fome sempre esteve presente ao longo da história brasileira, destacaram-se as análises de Josué de Castro - um dos fundadores da FAO, na década de 1930, porém o objetivo da Segurança Alimentar surgiu em 1986 como uma proposta política de abastecimento alimentar, formulado por técnicos sob a orientação do Ministério da Agricultura, onde se restringiu a avaliação do controle de Estado Nutricional de uma pessoa, à desnutrição infantil, mas estava destinado à Vigilância Alimentar e Nutricional com uma pequena quantidade de consequências práticas.

Na Cúpula Mundial da Alimentação (1996), em Roma, a FAO começou a tratar o tema Segurança Alimentar e Nutricional como direito humano e, depois de cinco anos, uma nova cúpula Mundial da Alimentação reconhece e implanta esse direito atribuindo à obrigatoriedade do Estado. O conceito supracitado integra duas dimensões: a alimentar e a nutricional. A primeira reflete a disponibilidade, que compreende aspectos voltados à produção, transporte,

distribuição, comercialização e acesso aos alimentos; a segunda trata mais da escolha, do preparo, consumo dos alimentos, bem como a sua relação com a saúde (ABRANDH, 2006).

Entretanto, os problemas de acesso aos alimentos destacavam-se como insuficiência de renda, por isso a FAO acrescentou o termo equidade (acesso universal) aos atributos da disponibilidade vinculada aos alimentos básicos: suficiência, autonomia e sustentabilidade. E a agricultura surge como um componente estratégico dentro de um padrão de desenvolvimento. Em 1991, foi divulgada no Brasil a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar criada pelo “Governo Paralelo”. Em 1993, no governo de Itamar Franco a proposta foi aceita como fundamentação, entre outras, para a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), além de contribuir com a questão agroalimentar (políticas agrária de produção agrícola e agroindustrial) bem como da fome na Agenda Política Nacional, faria também das ações governamentais em paralelo às ações de combate à fome, o controle de qualidade dos alimentos, estímulos a práticas alimentares saudáveis, a garantia de acesso a alimentos seguros (controle de qualidade dos alimentos) e em condições adequadas ao aproveitamento (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1995).

Além disso, em 1999, o Ministério da Saúde publicou a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que dentro da conjuntura da Segurança Alimentar e Nutricional, suas diretrizes afirmam acordo com a articulação intersetorial das ações de alimentação e nutrição com objetivo de garantir a efetivação do direito humano à alimentação a partir do acesso universal ao alimento. A alimentação e a nutrição são requisitos essenciais à vida dos indivíduos, oportuniza o desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. A Declaração dos direitos humanos priorizam essas necessidades, desde a sua promulgação há 50 anos, que mais tarde foram reafirmadas no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e incorporados à legislação nacional em 1992. Para que esses direitos humanos sejam concretizados cabe ao Estado, à sociedade e aos indivíduos terem a consciência que a responsabilidade é de todos (PNAN, 1999). Nesse contexto, o PNAN torna-se um marco político fundamental na efetivação de políticas públicas relacionadas essencialmente à alimentação e nutrição dentro da proposta internacional de combate à fome.

Conforme a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei nº. 11.346, de 15 de julho de 2006), objeto de discussão aprofundada nas III e IV Conferências. O conceito que foi estabelecido como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em

quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, baseados em práticas alimentares que promovam a saúde, que respeitem a diversidade cultural, ambientais, econômicas e socialmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

As questões referentes à Alimentação e Nutrição estão sendo tratadas há quase vinte anos sob a perspectiva de Segurança Alimentar e Nutricional. Atualmente em nosso país, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar, sendo um órgão responsável pelo desenvolvimento e fixação de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional relacionadas ao conjunto de procedimentos do Programa Fome Zero. Esse programa desenvolve um conjunto de trinta ações (governamental e não governamental) e programas integrados através de quatro eixos: Ampliação ao acesso à alimentação, fortalecimento da agricultura familiar, promoção de processos de geração de renda e articulação, mobilização e controle social (BRASÍLIA, 2005).

Os principais programas são: Bolsa Família, Alimentação Escolar, Construção de Cisternas, Restaurantes Populares, Banco de Alimentos, Agricultura Urbana e Hortas Comunitárias, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Alimentação e Nutrição de Povos Indígenas, Educação Alimentar e Nutricional Alimentação do Trabalhador (PAT), Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Aquisição da Agricultura Familiar, entre outros (BRASÍLIA, 2005).

4.1. Direito à alimentação adequada

A alimentação é um direito de todos que está evidente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) exposto sobre o direito à alimentação, entre outros direitos, no artigo XXV:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

O direito à alimentação adequada é um direito humano básico que foi reafirmado também na Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição em 1974, onde salientava “que todo homem, mulher, criança tem o direito inalienável de estar livre da fome e da desnutrição para que possa se desenvolver integralmente e manter suas faculdades físicas e mentais”. Considerando que a sociedade tem a capacidade de cumprir com esse objetivo, pois dispõe de recursos suficientes, habilidade organizacional e tecnologia (VALENTE, 2002).

Além disso, para reforçar o compromisso de todos na garantia dos direitos à alimentação adequada, foi redigido o Código de Conduta Internacional sobre o direito humano à alimentação em 1997. O conteúdo desse Código sobre o Direito à Alimentação Adequada está apresentado no Artigo 4º: O direito à alimentação adequada significa que todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade, deve ter acesso físico e econômico, a todo o tempo, à alimentação adequada ou por meio da utilização de uma base de recurso apropriada para sua obtenção de maneira consistente com a dignidade humana. O direito à alimentação adequada é uma parte distinta a um padrão de vida adequado (VALENTE, 2002, p. 194).

Entretanto, os principais conceitos agregados ao Direito Humano à Alimentação Adequada referem-se à: disponibilidade de Alimentos de forma direta através de terras produtivas ou ações para o fornecimento; disponibilidade de alimentos saudáveis, com acessibilidade cultural, valorizando os aspectos religiosos, étnico de acordo com cada indivíduo e grupo específicos; estabilidade do fornecimento e acessibilidade ao alimento tanto econômica quanto física, oportunizando alimentos durante todo o ano, onde todos devem ter acesso, principalmente as pessoas em estado de vulnerabilidade (BURITY et al., 2010, p. 16-18).

5. Aspectos conceituais relacionados aos quilombos

É fundamental compreender os diferentes significados inerentes à noção de Quilombo, referentes à história da sociedade brasileira. No Período do Brasil Colônia aparece, em 1740, a primeira definição de Quilombo quando o conselho Ultramarino, em carta destinada ao rei de Portugal, definia quilombo como “toda habitação de negros fugidos que possuem pelo menos cinco negros, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (SCHIMITT et al., 2002).

Foram diversas manifestações de resistência levadas a cabo pelos negros escravizados, que expressavam a esperança de liberdade frente ao peso da escravidão. Para Moura (1993) os quilombos surgiram como forma de protesto contra as condições desumanas e alienadas que sujeitavam aos negros.

Entretanto, torna-se explícita a diversidade quando se conceitua quilombo como um campo negro, complexa rede social alterada por aspectos multifacetados que em determinadas regiões do Brasil envolveram muitos movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos (SCHIMITT et al., 2002).

Além dos Quilombos constituídos no período da escravidão, muitos se formaram após a abolição da escravatura, pois para muitos, essa foi a única possibilidade de viver em liberdade.

Mas de forma geral, os diversos territórios de comunidades remanescentes quilombolas surgiram de diferentes situações, como a doação de terras, compra de terras, terras conquistadas através da prestação de serviços, áreas ocupadas resultado da fuga da escravidão. Existe também a territorialidade provinda de ordens religiosas quilombola. Portanto, comunidades são grupos étnicos, de acordo com critérios de autoatribuição, com história própria, providas de relações territoriais com suas especificidades, com ancestralidade negra referente à resistência à opressão histórica sofrida (DECRETO 4887/2003).

A partir das décadas de 1970 e 1980, o conceito de Quilombo foi reaparecendo nos debates políticos, adquirindo espaço nas análises acadêmicas (RATTS, 2006). Essa mobilização cresce a partir de 1988, ano de realização da Assembleia constituinte e comemorava-se o centenário da Lei Áurea. Revisaram a história da escravidão e da abolição descobrindo o que era ignorado pelo Estado: diversas Comunidades de remanescentes de Quilombo que haviam se formado ao longo do território brasileiro (ARRUTI, 2006).

No ano de 2003, surgiu o Decreto Federal nº 4887, o qual determina que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – órgão responsável pela regulamentação, identificação, reconhecimento, delimitação e titulação de terras dos escravos antigos. Este concedeu aos quilombolas o direito à autoatribuição como critério único para a identificação das comunidades - terras que remanescentes ocuparam, usadas para garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

De certa forma, os quilombolas foram inseridos na Carta constituinte no seu artigo 216, ao dizer que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, instigou um longo e complexo debate a atribuição dos direitos territoriais destinados aos Quilombolas. Principalmente no que diz respeito a reconhecimento dessas comunidades. A luta dos direitos previstos no art. 68 deu início ao grande processo de recuperação de memórias, laços históricos entre comunidades ascendentes de escravos e comunidades contemporâneas (ARRUTI, 2006).

Porém, novas atribuições surgiram sobre o conceito de remanescentes quilombolas. O Art. 3º da Instrução Normativa nº 16 de 24 de março de 2004 diz que: Consideram remanescentes das comunidades de quilombos os grupos étnicos, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com

presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Esse conceito ultrapassa a discussão dos direitos territoriais dos quilombolas.

6. Comunidades quilombolas do semiárido alagoano: discutindo sobre realidades

Atualmente, mesmo com o fim da escravidão, os negros continuam a lutar, principalmente por condições favoráveis à sobrevivência, pois muitos herdaram a marginalização e a pobreza. Os direitos foram instituídos, porém a maior dificuldade está na concretização desses direitos. Diversas comunidades quilombolas no Brasil vivem à margem da sociedade, excluídas, sem acesso às políticas públicas, a invisibilidade continua impregnada nesses grupos sociais de forma persistente.

Em Alagoas há 65 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares entre os anos de 2005 e 2011, espalhadas por diversas partes do Estado. Muitas comunidades quilombolas estão em processo de reconhecimento e certificação pela Fundação Palmares, as propriedades dos remanescentes quilombolas também são reconhecidas, cujos títulos emitidos como resultado de muitas mobilizações no Brasil ao longo da história. O decreto federal 4.887 estabelece que o INCRA se responsabilize pela regulamentação, identificação, titulação de terras. Dando o direito da autoatribuição como único critério para as comunidades (VIEIRA, et al., 2013).

Mas certificar as comunidades remanescentes não é suficiente, pois boa parte dos quilombolas luta por cidadania, diversas comunidades enfrentam problemas como falta de infraestrutura, água, saneamento, uma educação voltada à valorização cultural, bem como a falta de alimentação.

Nesse contexto, a agricultura familiar é uma atividade que sempre contribuiu com a sustentabilidade das comunidades remanescentes quilombolas do semiárido, valorizando as tradições culturais constituídas entre gerações, representante da vida que brota a partir da terra, com símbolos e significados, fazendo parte do cotidiano dos indivíduos desde que nascem, a agricultura apresenta grande responsabilidade referentes às condições socioeconômicas, bem como a uma diversidade de alimentos destinados à subsistência da comunidade.

Mas o que se percebe no cenário atual são agricultores que desenvolvem o trabalho agrícola em condições precárias, sem o mínimo de recursos materiais e financeiros para produzir em meio às condições climáticas desfavoráveis. Muitos deles acabam abandonando o campo ou desenvolvendo outras atividades para garantir a sobrevivência da família.

Além disso, as políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar e assistência às famílias em vulnerabilidade social não são facilmente acessíveis. Mesmo cercados por dificuldades, os quilombolas das comunidades pesquisadas conseguem produzir, mas diferentemente de alguns anos atrás. Utilizam-se dos espaços, da mão de obra e recursos que lhes dispõem, bem como das tradições que mobilizam esses agricultores no contato com o seu bem maior – a terra, a qual sempre serviu para a obtenção de alimentos, para a criação de animais, o contato com a natureza consiste numa ação imprescindível à vida em comunidade ao longo de muitas gerações.

Atualmente, de acordo com a EMATER (2016), a agricultura familiar em Alagoas é composta por 115 mil estabelecimentos, o que contribui para a economia estadual e do país. Conforme o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2006) os dados revelam que o Estado de Alagoas possui 123.331 estabelecimentos rurais, onde 90,61% é de base familiar, ocupam 682.616 ha. Entretanto, a agricultura não familiar, tem mais acesso à obtenção de financiamento e assistência técnica que a familiar.

A questão ambiental tem sido a primeira limitação, porém as atividades agrícolas de forma expressiva são desempenhadas em um ecossistema delicado, evidenciando limitações de ordem edafoclimáticas; a seca está presente ao longo da história da região em especial do Semiárido, no Nordeste compreende a sua maior parte que abrange 57% da área total do Nordeste (40% da população), além disso, nessa região a precipitação média “é inferior a 800 milímetros” (SUASSUNA, 2005).

Há uma variada organização econômica, política, social e cultural na formação do semiárido rural alagoano, conseqüentemente torna-se nítida as desigualdades sociais, a miséria e a pobreza. As políticas públicas nesse contexto são necessárias, para efetivação dos direitos sociais, principalmente. A concentração de renda, o descaso político, o coronelismo e os problemas ambientais são algumas das dificuldades enfrentadas no semiárido, afetando a produção, conseqüentemente a vida dos agricultores (LUSA, 2014). A região Nordeste, especificamente o semiárido são identificados através das mazelas socioeconômicas devido a estiagem e seca que duraram longos períodos, a saber, a grande seca de 1877 a 1889, causou a morte de milhares de pessoas no Estado do Ceará, bem como em outras localidades desta região (LEMOS et al., 2002).

Porém algumas políticas públicas hoje são utilizadas para amenizar os variados problemas encontrados no campo e para diminuir a vulnerabilidade social como os seguintes programas: O Bolsa Família e a Merenda escolar que são evidentes em comunidades

quilombolas do semiárido, porém um importante programa de fortalecimento da agricultura familiar (O PRONAF), não é facilmente acessível, o qual deveria ser oportunizado às famílias sem muita burocracia. No entanto, em se tratando da Merenda Escolar (PNAE) que se oferece nas escolas, apresenta boa qualidade, mas os alimentos dificilmente são fornecidos pela agricultura familiar e selecionados conforme a cultura alimentar quilombola da região.

Quanto à assistência às famílias percebe-se grande descaso por parte dos gestores municipais que oportunizam pouca ou nenhuma assistência às famílias quilombolas que vivem em vulnerabilidade, dependendo apenas de esforços próprios voltados à superação das dificuldades para desenvolver suas atividades agrícolas, bem como para a manutenção do lar.

Portanto, algumas medidas são necessárias para melhorar as condições de vida das comunidades estudadas, englobando também todas as comunidades alagoanas que apresentam características socioeconômicas semelhantes, marcadas pelo descaso e invisibilidade social. O poder público, bem como a sociedade precisam encontrar alternativas para oportunizar o bem-estar dos quilombolas. Os direitos existem, mas precisam se concretizar, o primeiro passo está na formação desses grupos sociais acerca do conhecimento de seus direitos, a conscientização dará suporte para reivindicação.

7. Considerações finais

Com base no levantamento bibliográfico evidencia-se que as questões relacionadas à agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional fundamentam a compreensão em torno da notável realidade das comunidades quilombolas e suas especificidades, objetivando a construção de um projeto que englobe a sustentabilidade socioambiental, oportunizando no Brasil a ampliação da igualdade social, da justiça, da inclusão social, equidade, bem como do acesso à alimentação adequada dentro dos debates e de políticas públicas promovidas pelo Estado e intensamente discutidas pela sociedade civil.

Nessa perspectiva a agricultura familiar é conceituada sob a diversidade de modalidades e situações específicas, o agricultor familiar é aquele que percebe a agricultura como símbolo de sobrevivência, fonte de renda, na qual há a reprodução social, bem como econômica do trabalho familiar.

Assim, essa importante atividade contribui com a segurança alimentar de muitas famílias brasileiras, relacionando-se com a manutenção de comunidades rurais, nas quais traduzem sua identidade social, dinamiza os espaços rurais, mantém e valoriza a cultura e as relações sociais. Portanto, apesar das dificuldades que os agricultores encontram, é possível

sobreviver com o trabalho no campo, para isso é necessária à consolidação de políticas públicas juntamente com a luta diária de cada indivíduo em relação à garantia de seus direitos.

8. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: **Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29

ABRANDH. **Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos**. Curso. Promovendo a legitimidade pelo direito humano à alimentação adequada. Módulo1, Brasília, nov/dez. 2006. Disponível em: <http://www.abrandh.org.br/index.php?Arquivo=curso>. Acesso em 04/12/2015

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>. Acesso em abril de 2015.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e História do Processo de Formação do Quilombola**. Bauru, SP: EDUSC: ANPOCS, 2006.

ASA– Articulação Semiárido Brasileiro – Semiárido – **É no semiárido que a vida pulsa**, 2016. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/semiario#indicadore-semiarido> Acesso em 03 de jan. de 2016.

BURITY, Valéria; FRANCESCHINI, Thaís; VALENTE, Flávio. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

DRUMOND, M. A. et al. **Estratégias para o uso sustentável da biodiversidade da caatinga**. Petrolina, 2000.

EMATER, Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas. **Agricultura Familiar**, 2016. Disponível em: <http://www.emater.al.gov.br/agricultura-familiar/agricultura-familiar> acesso em 31/05/2016

EMBRAPA: **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. <https://www.embrapa.br/> acesso em 20/12/2014.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br/

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LEMOS, M. C. et al. Use of seasonal climate forecasting in policymaking: lessons from northeast Brazil. **Climatic Change**, v. 55, n. 4, 2002. p. 479-507.

LUSA, Mailiz Garibotti. Políticas Públicas no Semiárido Alagoano e a Resistência Quilombola e Camponesa frente à Exploração Capitalista. **Rev. Políticas Públicas**. N. esp., São Luis, Maranhão: 2014. p. 447-452

MALUF, Renato S; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. Contribuições ao tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**. Núcleo e Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP. 1995. p. 66-68.

MARTINS, José de Souza. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. Documento apresentado no Seminário Interno sobre "**Dilema e perspectivas para o Desenvolvimento Rural no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira década do Século XXI**", FAO, Santiago do Chile, 11-13 de dezembro, 2001.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Pronaf: 20 anos de apoio aos agricultores familiares**. Brasília: MDA, 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-20-anos-de-apoio-aos-agricultores-familiaresm>> Acesso em 20 de jul. 2016.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília/DF: UCB, 2003.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da Construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 52, sup. 1. Brasília: 2014.

SANTOS, Fábio Rodrigo. **Práticas Alimentares em Ilha de Maré**. Salvador, Bahia, 2008

SCHIMITT, A.; TURATI; M. C. M.; PEREIRA, C. M. C. A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente e Sociedade**. ano v, n. 10, São Paulo-SP, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003

SCHNEIDER. Sergio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura Familiar e Teoria Social: A diversidade das formas familiares de produção da agricultura. In: **Simpósio Internacional de Savanas Tropicais e IX Simpósio Nacional Cerrado**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008.

SILVA, L. C. S.; SILVA, A. P. L.; ALVES, S. S.; SANTOS NETO, P. Silva et al.. Importância das nascentes do Semiárido Alagoano no abastecimento das populações rurais difusas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Laboratório de Sedimentologia Aplicada, UFAL, Maceió-AL: REGNE, Vol. 2, Nº Especial, 2016.

SOLVODI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a Agricultura Familiar, PRONAF e a modernização da Agricultura no Sudoeste do Pará na Década de 1970.

Revista Eletrônica do Programa de pós-graduação em Geografia-UFPR, Curitiba, v. 5, n. 1. Jan/Jun. 2010.

SUASSUNA, J. Potencialidades hídricas do nordeste brasileiro. **Parcerias estratégicas**, n. 20, 2005. p. 131-156,

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito Humano à Alimentação: Desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga Vieira; MAGALHÃES, Fernanda Almeida; COSTA, Letícia Vieira Camêlo da Costa. LIMA, Stephanie Maria Verçosa Calvacanti. **Quilombolas em Alagoas: As raízes Africanas e o Direito à Demarcação dos Territórios**, 2013. Disponível em: revistacesmac.edu.br acesso em 04/12/2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e Continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, outubro, 2003. p. 43-61.

_____. O Campesinato brasileiro: Uma história de Resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. V. 52 supl. 1. Brasília, 2014.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

NOTAS SOBRE HETEROTOPIAS

NOTES ABOUT HETEROTOPIES

Wellington Amâncio da Silva¹

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Resumo

O presente ensaio discorre sobre as heterotopias descritas por Michel Foucault (2010), precisada por ele na histórica e no campo conceitual. Utilizamos este conceito em diálogo, na medida do possível, com o conceito de lugar, dando destaque a sua relação topológica, social e linguística, que em muitos aspectos têm sua função política de poder transitivo no horizonte da *deslocalização* como identidade, pertença, estranhamento, circunscrição e dispersão da localização dos indivíduos.

Palavras-chave: Heterotopias. Foucault. lugar.

Abstract

This essay other-places described by Michel Foucault (2010), needed by him in the historical and conceptual field. We use this concept in dialogue, as far as possible, with the concept of place, highlighting its topological relationship, social and linguistic diversity, which in many ways have their transitive power political role in the relocation of the horizon as identity, belonging, estrangement, circumscription and dispersion of persons.

Keywords: other-places. Foucault. place.

¹ Professor substituto da Universidade Federal de Alagoas e membro dos grupos de pesquisa "Ecologia Humana" (SABEH/CNPq) e "Socioeconomia do Desenvolvimento Sustentável" (UNEB/CNPq) e integrante do Núcleo de Estudos em Comunidades, Povos Tradicionais e Ações Socioambientais do NECTAS (UNEB/CNPq). E-mail: welliamancio@hotmail.com

Não vivemos em um espaço neutro e branco; não vivemos, não morremos e não amamos no retângulo de uma folha de papel. Vivemos, morremos e amamos em um espaço esquadrado, recortado, multicor, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus, cavidades, protuberâncias, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. (FOUCAULT, 2009, p. 23-4).

1. Introdução

Como *insight*, o conceito foucaultiano de *heterotopia* nascera a partir do conto “A Biblioteca de Babel” de Jorge Luis Borges (2007, p. 69-79), relatado inicialmente no prefácio do seu livro *As Palavras e as Coisas* (2007), a partir da percepção de fenômenos heteróclitos presente naquele conto. A saber, “no heteróclito [...] as coisas são ‘deitadas’, ‘colocadas’, ‘dispostas’ em lugares a tal ponto diferentes, que é impossível encontrar-lhes um espaço de acolhimento, definir por baixo de umas e outras um lugar-comum”. (FOUCAULT, 2007, p. XII-XIII); inferindo o termo no Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss, o heteróclito diz respeito àquilo que se *afasta* do ponto de vista do observador, como uma contraposição ao lugar de onde se observa; o heterotópico *desvia-se* da normalidade estabelecida e consensual; há nele imprevisibilidade e circunstancialidades distintas, seu paradigma é irregular, constituído por elementos heterogêneo.

2. As Heterotopias

Na conferência de 1966, Foucault retoma o assunto dando alguns exemplos tais como “cemitérios”, “navios”, “prisões”, “teatros” e “jardins”, tópos onde os sentidos de lugaridade não estão bem definidos nem condizem com os sentidos clássicos de lugar, isto é, de moradia, de permanência, de presença, de existência. No seu texto (2007), Foucault menciona o conceito de utopia em oposição ao heteroclitismo ao afirmar que “as utopias consolam [...] se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico” (Idem, 2007, p. XII-XIII); Foucault assinala as motivações subjetivas humanas em busca das suas utopias, nesse imbricamento entre discurso, política, economia, lugar e espaço como “vontade de nação”, vontade de lugar de habita, e talvez, “vontade edênica”, a saber:

Há, então, países sem lugar e histórias sem cronologia; cidades, planetas, continentes, universos, os quais seria impossível revelar o traço sobre mapa algum, nem em céu algum, simplesmente porque eles não pertencem a nenhum espaço. Sem dúvida, essas cidades, esses continentes, esses planetas, eles nasceram, como se diz, na cabeça dos homens, ou, para dizer a verdade, no interstício de suas palavras, na densidade de suas narrativas, ou, ainda, no lugar sem lugar de seus sonhos, no vazio de seus corações; brevemente, é suavidade das utopias (2010, p. 416).

Em outros termos, formam “lugares” de perfeição onde seus ideólogos distribuem, num meio ambiente “onírico”, seus elementos constituintes de modo muito pessoal e ideativo, numa espécie de economia das individualidades²; porque “permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula” (*Idem*, 2007, p. XII-XIII). De um ponto de vista ainda ideativo, no que diz respeito à da linguagem, aos discursos, às representações, como significado, as heterotopias inquietam:

[...] sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a ‘sintaxe’, e não somente aquela que constrói as frases — aquela, menos manifesta, que autoriza ‘manter juntos’ (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. [...] Dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases (*Ibidem*, 2007, p. XII-XIII).

Dito isso, podemos compreender que as heterotopias – espaços diferentes, outros lugares -, impedem a nomeação, por solapar, fracionar e emaranhar os nomes dentro de contextos óbvios de lugaridade, que nomeiam e representam, por assim dizer, os sentidos e as funções de cada lugar; certamente essa dificuldade linguística diz respeito às formas heteróclitas factuais de reunião de pessoas – da incapacidade de enquadrar num topos lógico as contingências inerentes ao ser humanos, ser *em aberto* -; as heterotopias, nos oferecem a capacidade de “desmascamento” das noções de racionalização das pessoas e dos lugares, bem como da sua generalização e homogeneização; em outras palavras, heterotopia não permite a livre circulação das aparências de obviedade relativamente à lugaridade (RELPH 2012; CRESSWELL 2008); porquanto, toda essa “aparente” contradição ganha corpo, sobretudo se concordarmos com Cresswell, de que nomear consiste em significar o espaço indefinido como lugar (2008, p. 9) – visto que se não tem um nome e nem reúne, não é um lugar (RELPH 2012, p. 22), mas espaço indiferenciado. Como efeito, lugar constitui-se de perspectivas de ordem, de “situação” e de

² Para fazer menção complementar ao conceito de Ecologia das Individualidades de Juracy Marques (2012, p. 19), já que neste caso, a intencionalidade é de normatização e racionalização do espaço e do lugar no projeto “utopia”.

nomos, sejam elas geográficas ou linguísticas, enquanto as heterotopias, sendo caos inerente, desvelam as anormalidades, as distopias do lugar.

Dito isso, a partir da perspectiva heterotópica foucaultiana, os nomes corresponderiam estritamente e em harmonia com os lugares que estes nomeiam e descrevem? Assim, é possível pensar lugar de atuação dos sujeitos nas comunidades de remanescentes quilombolas - a partir da precisão de suas funções e localizações - de uma perspectiva tradicional de comunidade étnica onde se torna evidente uma imbricação entre tradição e modernização³, onde o tempo e a localização da tradição e da modernidade entrecruzam? “[...] a heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com seu tempo tradicional” (FOUCAULT, 2010, p. 421); ou seja:

Em geral, não se entra nesses lugares à vontade. Ou a entrada é obrigatória, como no caso da caserna ou da prisão, ou então o indivíduo que tem que se submeter a rituais e purificações. Para entrar tem que se ter certa permissão e fazer certo número de gestos. [...] Há outras, pelo contrário, que parecem ser puras e simples aberturas, mas que em geral escondem curiosas exclusões. Qualquer um pode entrar nestes lugares heterotópicos, mas de fato isto é só uma ilusão: acreditamos entrar, pelo próprio fato de se entrar, e se é excluído (*Idem*, 2012, 423).

Esses lugares de interdição e simulacro, para Foucault apresentam cinco características: a) as heterotopias constituem-se de lugares, segundo Foucault, “absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam” (*Idem*, p. 418); b) cada heterotopia tem um funcionamento preciso no interior de uma sociedade, muito embora a mesma heterotopia possa ter outro funcionamento em uma sociedade diferente; c) as heterotopias têm o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, posicionamentos que são em si incompatíveis (*Ibidem* p. 420); d) elas ganham maior funcionalidade quanto maior a ruptura histórica, temporal dos sujeitos em relação ao mundo hodierno (*Ibidem* p. 421); e) possuem sempre um sistema de abertura e de fechamento que, simultaneamente, as isola e as deixa penetrável segundo (p. 423) que regulam as noções normatividade, de ordem e harmonia em uma sociedade, muito embora elas interditem certos lugares no intuito de exortar a partir de regimes interessados de certo ou errado.

As heterotopias dizem respeito a posicionamentos ou localizações diversas do comum; localizações que, em certa medida, podem desorganizar a ordem do lugar; define-se por uma

³ O’Dwyer (2002a, 2002b, 2003c); Almeida (1989, 2011).

presença em uma localização anormal, a exemplo dos cemitérios⁴ (“lugaridade” da vida póstuma) que segundo Foucault (2010, p. 418), estavam até o século XVIII, no coração da cidade, no meio da vila (lugares dos vivos), agora afastado, em alguns casos, da periferia.

Para Foucault, “as heterotopias têm um papel de criar espaços de ilusão que denunciam como mais ilusórios os espaços reais, no interior do qual a vida é compartimentada”; é um deslocamento para fora do lugar normalmente reconhecido; é a recolocação atípica de alguém, de um grupo humano, ou de espaços, recintos, áreas, suscitando estranheza ao lugar. Portanto, as heterotopias dos indivíduos fora do seu lugar comumente reconhecido leva-nos a desconstruir a aparente normalidade quotidiana dos lugares, ou a reconhecer a presença heterotópica destes indivíduos como uma espécie de caos identitário e caos de pertença na desconexão mesma entre identidade outra em lugares cuja normalidade fora instituída.

Um exemplo, talvez, mais atual desses *lugares outros*, seria o da presença da escola tradicional (educação formal) em aldeia de índio (Imagem 01); de *Lan houses*, locadoras, em espaços rurais; temos ainda o forte exemplo de navios – lugares transitivos – constituídos de recintos com forte sentido de lugaridade: quartos, salas de estar, cozinhas, cafeteria, sala de jantar, bibliotecas, e ainda, com lugaridade transitória: bancos, prédio de negócios em geral etc. Também constitui-se de heterotopia, muito embora “provisórias”, a presença de objetos que em determinados contextos se tornariam, por assim dizer, diferenciados, anacrônicos, a exemplo da constante presença, na atualidade, de parabólicas em casas de massapê e de outras tecnologias em ambientes tipicamente rurais – certamente uma prova de um nível mais profundo e refinado em alcance, da globalização de novos hábitos e de novas necessidade no cotidiano.

⁴ É intrigante pensar no cemitério como recinto de negação absoluta das lugaridades (*placelessness*), precisamente onde o corpo-morto não é mais lugar-de-vida; paradoxalmente, o cemitério é também lugar-de-reunião – a *reunião* é talvez o fator que mais evidência a lugaridade, logo, de uma perspectiva tautológica, *reunião* e *lugar* são a mesma coisa; esse lugar-de-reunião é neutralizado, isto é, ausente de lugaridade, pelo vazio de vida – dimensão constituinte do lugar. Apenas quando os vivos visitam seus mortos há lugaridade no cemitério; sua heterotopia, pois, consiste no fato da presença transitória de vida (transitoriedade das visitas) e na negação dessa presença transitória (cemitério, lugar específico para mortos, lugar que afasta a presença constante dos vivos).

Imagem 01 - Índios Krahô em sala de aula; educação formal na aldeia de Itacajá⁵



Fonte: <http://tocantinhoje.com>. Índios Krahô fazem festa ao receber escola de Ensino Fundamental na aldeia de Itacajá: “Este é um dia especial, estamos felizes porque devemos unir o conhecimento da escola e do pátio. Os dois são importantes para o nosso povo”.

3. Considerações Finais

O conceito de heterotopia tem importância quando visamos pensar as formas pelas quais os seres humanos protagonizam processos de constituição de lugaridade no meio ambiente. Heterotopia decorre nos espaços adaptados deste meio ambiente quando percebemos a presença de lugares diferentes ou que promovem diferenciações; lugares constituídos de “outridade”. É preciso entender a *heterotopia* em face da complexidade do lugar do ser humano, a partir das novas formas de agrupamento e dispersão, como projeto e cumprimento das multifacetadas formas de interação com o lugar. A heterotopia é um fenômeno comum nos contextos da presença humana, todavia é a evidência mais forte de que estes contextos não estão plenamente seguros do seu equilíbrio por mais intensos que sejam os processos de ordenação geográfica e linguística das noções que objetivam a presença situada dos indivíduos em um dado lugar. No entanto, como ocorre no contexto desses “lugares precisos”, a heterotopia se constitui a partir da presença de “espaços diferentes”, de “lugares outros” - sejam no campo ou na cidade – como incircunscrição.

⁵ Sobre a presença da escola tradicional e seu universo pedagógico na aldeia, veja texto e imagens: <http://tocantinhoje.com/noticia/indios-kraho-fazem-festa-ao-receber-escola-de-ensino-fundamental-na-aldeia-de-itacaja/5248>

4. Referências

CRESSWELL, Tim UTENG, Tanu Priya;. Gendered Mobilities: Towards an Holistic Understanding. UTENG, Tanu Priya; CRESSWELL, Tim. **Gendered mobilities**. England: Ashgate Press, 2008

_____. **Geographic thought: a critical introduction**. England: Wiley-Blackwell Press, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. São Paulo, Loyola, 2001/2002/2007.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008/2009.

_____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2010.

_____. **Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II**. Cours au Collège de France (1983-1984). Editado por F. Gros et al. Paris: Gallimard; Seuil, 2009a.

_____. **Le corps utopique, les hétérotopies**. France: Lignes, 2009b.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, Política e Sexualidade: Ditos e escritos**. Vol. V, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 264-287.

_____. **As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução. Salma Tannus Muchail. Martins Fontes. São Paulo, 2007.

_____. Utopias reais ou lugares e outros lugares. Tradução Caronila Drittich. (n.t.) **Revista Literária em Tradução**. N. 01, Setembro, 2010. Florianópolis, 2010. 404-427

RELPH, Edward. Reflexões sobre a Emergência, Aspectos e Essência do Lugar In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 17-32.